

EDSON DOMINGOS FAGUNDES

**OCORRÊNCIAS DE OBJETO DIRETO E INDIRETO  
NAS TRÊS CAPITAIS DO SUL DO BRASIL:  
CLÍTICOS, PRONOMES LEXICAIS E  
AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras. Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguística da Língua Portuguesa, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1997

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Ata centésima trigésima nona referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de Mestre, a que se submeteu o mestrando **Edson Domingos Fagundes**. No dia doze do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e sete, às quatorze horas, na sala 1013, 10º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **Rosane de Andrade Berlinck, Carlos Alberto Faraco e Odete Pereira da Silva Menon** designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada **OCORRÊNCIAS DE OBJETO DIRETO E INDIRETO NAS TRÊS CAPITAIS DO SUL DO BRASIL: CLITICOS, PRONOMES LEXICAIS E AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO**, apresentada por **Edson Domingos Fagundes**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido, tendo a Professora Doutora Odete Pereira da Silva Menon, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra, em seguida, a cada um dos examinadores para sua arguição. A seguir, o mestrando apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Odete Pereira da Silva Menon retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco, conceito A; Prof.<sup>a</sup> Rosane de Andrade Berlinck, conceito A e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Pereira da Silva Menon, conceito A. Em seguida, a Senhora Presidente declarou **APROVADO**, com nota 9,0 (nove inteiros), conceito final A, o mestrando **Edson Domingos Fagundes**, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Linguística**. No entanto, a banca estabeleceu prazo de trinta dias para a entrega de versão revisada. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo Candidato. Feita em Curitiba, no dia doze do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e sete .x.

Dr.<sup>a</sup> Rosane de Andrade Berlinck

Dr/ Carlos Alberto Faraco

Dr<sup>a</sup> Odete Pereira da Silva Menon

Edson Domingos Fagundes

Para meus pais  
Maria Helena e  
Amadeu (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, em especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Bemquerer Costa e, sobretudo, à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Pereira da Silva Menon. Aos colegas Cássio Gustavo Busetto e Maria Helena Correa Nogueira Grillo. Sem eles esta dissertação não teria sido produzida.

## SUMÁRIO

TABELAS.....	vii
RESUMO.....	ix
SUMMARY.....	x
INTRODUÇÃO.....	1

### CAPÍTULO 1 – A VISÃO NORMATIVA DO PROBLEMA

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	5
1.2 AS ORIGENS.....	5
1.2.1 As referências mais recorrentes à origem dos pronomes.....	7
1.3 A PREFERÊNCIA PELA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES.....	8
1.4 OS DESVIOS DA NORMA.....	10
1.4.1 As observações a respeito do <i>lhe</i> .....	10
1.4.2 As observações a respeito do <i>para ele, para ela</i> .....	14
1.4.3 As observações a respeito dos oblíquos <i>o, a</i> .....	15
1.4.4 As observações a respeito do <i>ele, ela</i> .....	17

### CAPÍTULO 2 – O QUADRO TEÓRICO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	20
2.2 OS CLÍTICOS, PRONOMES LEXICAIS E AUSÊNCIAS DE PREENCHIMENTO DE OBJETO DIRETO.....	21
2.3 OS CLÍTICOS E PRONOMES LEXICAIS OBJETO INDIRETO.....	34
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUSÊNCIAS DE PREENCHIMENTO.....	38

### CAPÍTULO 3 – COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DADOS

3.1 A COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	44
3.1.1 A constituição do <i>corpus</i> : experiência preliminar.....	45

3.2 A SELEÇÃO DOS DADOS.....	45
3.2.1 O levantamento das <i>ausências de preenchimento</i> .....	46
3.2.2 O levantamento dos <i>clíticos objeto direto</i> .....	55
3.2.3 O levantamento dos <i>clíticos objeto indireto</i> .....	56
3.2.4 O levantamento dos <i>pronomes lexicais</i> .....	59
3.2.4.1- ocorrências de <i>ele(s)</i> , <i>ela(s)</i> .....	59
3.2.4.2 Ocorrências de <i>para ele(s)</i> <i>para ela(s)</i> .....	60
3.2.4.3 As <i>ausências de preenchimento</i> do pronome.....	61
3.3 A CODIFICAÇÃO EMPREGADA.....	64
3.4 OBJETIVO, HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES	
A RESPEITO DOS DADOS.....	66
3.4.1 Objetivo.....	66
3.4.2 As hipóteses.....	66
3.4.3 Considerações a respeito dos dados.....	66
 <b>CAPÍTULO 4 – OS RESULTADOS</b>	
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	69
4.2 OS DADOS RELATIVOS AO OBJETO DIRETO.....	70
4.3 OS DADOS RELATIVOS AO OBJETO INDIRETO.....	79
4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	84
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	88

## LISTA DE TABELAS

1	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE <i>CLÍTICO</i> , <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> .....	69
2	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> , <i>ZERO</i> E <i>CLÍTICO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$ ANIMADO] DO REFERENTE.....	71
3	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$ ANIMADO] DO REFERENTE.....	72
4	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> , <i>ZERO</i> E <i>CLÍTICO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE.....	72
5	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE.....	73
6	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE TRATADAS ESTATISTICAMENTE EM SEPARADO.....	74
7	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> , <i>ZERO</i> E <i>CLÍTICO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR SEXO DO INFORMANTE.....	75
8	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR SEXO DO INFORMANTE.....	75
9	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> , <i>ZERO</i> E <i>CLÍTICO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE.....	76
10	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE.....	76
11	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO TRATADAS ISOLADAMENTE POR CIDADE, EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE.....	77
12	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> , <i>ZERO</i> E <i>CLÍTICO</i> PARA OBJETO DIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DO FATOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE.....	78

13	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO DIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DO FATOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE.....	78
14	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$ ANIMADO] DO REFERENTE.....	79
15	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE.....	80
16	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE TRATADAS SEPARADAMENTE..	80
17	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO SEXO DO INFORMANTE.....	81
18	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO NAS CIDADE DE CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E PORTO ALEGRE EM FUNÇÃO DE INFORMANTES DO SEXO MASCULINO.....	82
19	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO NAS CIDADE DE CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E PORTO ALEGRE EM FUNÇÃO DE INFORMANTES DO SEXO FEMININO.....	82
20	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DA IDADE DO INFORMANTE.....	83
21	OCORRÊNCIAS DE <i>PRONOME LEXICAL</i> E <i>ZERO</i> PARA OBJETO INDIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE DO INFORMANTE.....	84



## RESUMO

O propósito deste trabalho foi levantar e situar as ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do Sul do Brasil. Foram analisados clíticos, pronomes lexicais e ausências de preenchimento, tendo como quadro de referência os postulados da sociolingüística variacionista, bem como os recursos eventualmente oferecidos por outras correntes da lingüística. Nosso estudo se baseou nos dados que constituem o Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na região Sul do Brasil), coletados através de entrevistas com informantes das cidades de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Os resultados corroboram os estudos já realizados na área sobre a questão – no que se refere ao quase desaparecimento dos clíticos no português falado no Brasil e da influência dos condicionadores lingüísticos e sociais – concluem que o objeto direto e o indireto apresentam comportamento semelhante no português falado no Brasil e indicam possibilidades de continuidade do trabalho para futuras pesquisas.

## **SUMMARY**

The purpose of this work is to raise and locate occurrences of both direct and indirect objects in the three capital cities of the South of Brazil. Clitics, lexical pronouns and null objects were analyzed, taking as a framework reference the postulates of the variationist sociolinguistics as well as resources eventually offered by other linguistical approaches. Our study was based on data that constitute the Database of the VARSUL Project (Urban Linguistic Variation in the Southern Region of Brazil), collected through interviews with informants in the cities of Curitiba, Florianópolis and Porto Alegre. The results confirm studies previously made in the area on the issue regarding the virtual disappearance of clitics from the Portuguese spoken in Brazil; on the influence of linguistic and social conditioning aspects; conclude by stating that both the direct and the indirect objects present a similar behavior in the Portuguese spoken in Brazil and indicate the possibility of the continuity of this work for futures researches.

## INTRODUÇÃO

Trabalhos recentes envolvendo estudos realizados sobre o português do Brasil, (doravante PB), têm revelado que essa variedade passa por mudanças significativas na organização de seu sistema pronominal que tanto a distanciam das variedades anteriores do PB, como da variedade européia atual, por exemplo GALVES (1993). As principais mudanças detectadas, como atestam os trabalhos de OMENA (1978), DUARTE (1989), CYRINO (1993, 1994), dão conta de estar em processo uma queda significativa no uso do clítico<sup>1</sup> acusativo de 3.<sup>a</sup> pessoa (pronome átono em função de objeto direto e indireto) e apontam para a progressiva substituição deste pela forma lexical pronominal (pronome pessoal do caso reto), bem como registram também a possibilidade do objeto direto (doravante OD) e objeto indireto (doravante OI) ser expresso através de elipse, ou seja, é possível, se considerado o contexto, ao OD e ao OI não se apresentarem claramente expressos no texto quando ocorre o seu apagamento.

BERLINCK (1996b, p. 1), citando trabalhos de TARALLO (1983, 1985), nos mostra que, além do objeto direto, a mudança atinge todo o sistema pronominal e já ocorreria a partir do fim século XIX, com ênfase, principalmente, para o fato de que a diminuição no uso dos clíticos se diferencia segundo as categorias sintáticas, sendo mais acentuada “quando estão em função de *objeto direto* e *obliquo* do que quando se trata de um *objeto indireto* ou de *genitivo*” (TARALLO, 1985, *apud* BERLINCK, 1996b, p. 1).

Todavia, como observa a autora, o clítico dativo não tem recebido um tratamento específico nos estudos que tratam do apagamento dos clíticos, aparecendo apenas em trabalhos que tratam do apagamento do pronome objeto (PEREIRA 1981, PAGOTTO 1993, *apud* BERLINCK 1996b), e é a própria autora quem se encarrega de produzir alguns trabalhos, buscando focar esta questão. BERLINCK (1996a) procura, num primeiro momento, nos apresentar uma tipologia dos contextos em que o objeto indireto (dativo) pode ocorrer, enfatizando as principais diferenças entre o português do Brasil e

---

<sup>1</sup> Clíticos é o termo já consagrado para fazer referência aos pronomes que a Gramática Tradicional denomina átonos. Por clíticos acusativos entendemos os pronomes átonos em função de objeto direto e por clíticos dativos os pronomes átonos em função de objeto indireto.

Europeu, salientando que *is possible to unify all these various complements under the common dative label, on the basis of similar morpho-syntactic behavior* (BERLINCK 1996a, p. 148)

Posteriormente, BERLINCK (1997) nos apresenta uma pesquisa preliminar, na qual trata da expressão do objeto indireto no PB considerando 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas gramaticais em função do pronome clítico e da preposição mais pronome tônico. Conclui, no que diz respeito à 3.<sup>a</sup> pessoa que, como se observa no OD, há rejeição pelo falante ao pronome clítico. Todavia, quando se trata de sintagma preposicionado com valor anafórico, este se constitui na alternativa preferida dos OIs de 3.<sup>a</sup> pessoa, não sendo muito freqüente com a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas. A autora não considera em seu texto os casos de não-lexicalização do OI. Em estudo posterior, BERLINCK (1997) tratar novamente dos OI, incluindo no estudo as categorias vazias, considerando ainda o seu papel temático, o tempo verbal e seus valores aspectuais.

Assim, partindo principalmente desses estudos, procuramos traçar uma estratégia de abordagem do tema, que abarcasse os clíticos, pronomes lexicais e as ausências de preenchimento do pronome objeto, no que se refere, especificamente, ao contexto de fala oral das três capitais do sul. Para tanto, buscamos subsídios no Banco de Dados Lingüísticos resultante da execução do projeto *Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil*, Projeto VARSUL, de onde extraímos os dados que compõe o *corpus* a ser estudado.

A fim de restringir o estudo que será empreendido, num primeiro momento trataremos do OD, no que se refere a sua expressão no PB, conforme acima apresentado, ou seja, enquanto clítico, pronome lexical e objeto nulo, na forma das ilustrações que seguem:

- (01) ...e esse nosso atual, o doutor Lerner, também. eu já o conhecia desde guri. (06  
CTB F B SEG SLIN: 332)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A codificação das ocorrências será apresentada contendo as seguintes informações, pela ordem: número da entrevista, código da localidade (Curitiba: CTB, Florianópolis: FLP e Porto Alegre: POA), sexo do informante (masculino: M, feminino: F), faixa etária do informante (25 a 50 anos: A, acima de 50 anos: B), escolaridade do informante (primário: PRI, ginásio: GIN, segundo grau: SEG) linha em que se encontra a ocorrência na entrevista (SLIN).

(02) ...fui, mas eu nunca consegui chamar **ela** assim de mãe, era- [eu era]- quando eu [me]-tinha que falar alguma coisa com ela, eu chamava **ela** de ei. (referência à mãe verdadeira) (02 FLP M A PRI SLIN: 193)

(03) ...e agora, depois de formada, eles fizeram esse projeto e convidaram **Ø**, ela disse que tinha vontade de ir...(referência à filha) (02 POA F B SEG SLIN: 514)

Em seguida, trataremos do **OI**, também no que se refere a sua expressão no **PB**, ou seja, enquanto clítico (04), pronome lexical (05) e objeto nulo (06), conforme os exemplos (04), (05) e (06), respectivamente:

(04) ...aqui Joaquim Gonçalves da Luz Reor, que supomos foi entregue aos cuidados de uma das suas tias, residente em São Francisco, daí foi casado com uma prima irmã, Coordova Maria das Dores, por herdeiro testamentário de do Padre Bento, que **lhes** deixou a fazenda de Santana, em Três Barras, no porto de Cubatão de Curitiba. (02 CTB M B SEG SLIN: 655)<sup>3</sup>

(05) ela viaja. também dou liberdade **pra ela** pra querer viajar. ela tem a cabeça dela, eu tenho a minha. eu não vou querer controlar ela. (11 CTB M A SEG SLIN: 470)

(06) agora eu me arrependo, mas na época que eu fiquei em casa com ele, ele foi pra creche com um ano, eu podia ter dado muito mais carinho pra ele do que eu dei **Ø**, sabe? (19 CTB F A GIN SLIN: 1266)

O tema vem sendo apresentado pela gramática normativa que indica apenas o correto uso da forma pronominal do caso oblíquo *o(s)* e *a(s)* para OD e *lhe(s)* para OI, desaconselhando ao bom uso da língua a substituição destes pelo pronome pessoal do caso reto *ele(s)*, *ela(s)*. Todavia, não se encontra indicações de que os desvios da norma sejam a única forma corrente utilizada pelo português falado no Brasil.

Como ressaltam CYRINO (1993), PAGOTTO (1993), por exemplo, o uso do pronome pessoal do caso reto, em função de objeto direto e, quando acompanhado de preposição, em função de objeto indireto BERLINCK (1996a), não é privilégio dos falantes contemporâneos do **PB** atual; como podemos constatar nos exemplos citados por DIAS (1954, p.71), esse emprego é corrente também no português arcaico:

(07) a. *desque vi ela* (Vasco Rodrigues de Calvelo, Vat, 21)

b. *Perdi ela que foy arrê* (= a rem) *milhor* (D. Affonso Sanches, Vat., 21)

c. *pera calcar sy e eles* (= a si a a eles) (Livro das doações de D. Dinis no Archeol. XII, p. 160)

---

<sup>3</sup> Essa ocorrência é citada apenas como exemplo, pois foi descartada por se tratar de discurso relatado.

De igual maneira, como nos aponta BARBADINHO NETO (1977), nos autores modernistas encontramos exemplos de incorporação da *sintaxe popular*. O registro dos modernistas, segundo o autor, nos permite constatar a preferência que o português falado dá ao uso do pronome reto como objeto direto.

Com a intenção de traçar um quadro mais claro a respeito da questão, procuraremos retomar o que já foi dito sobre o assunto, isolando, na medida do possível, os diversos enfoques que o tema tem merecido, resultado, naturalmente, da filiação teórica dos autores e dos objetivos aos quais têm sido submetidos seus estudos.

Primeiramente, apresentaremos algumas das considerações feitas pelos estudiosos filiados à gramática tradicional a respeito do tema. Nosso objetivo ao incluir esse capítulo foi destacar os comentários que os autores fazem a respeito dos desvios da norma, entendendo que justamente esses *desvios* ocorrem no português falado no Brasil.

Num segundo momento, buscamos nos trabalhos de lingüística contemporâneos os elementos que poderiam orientar nosso estudo. Nosso objetivo foi reunir os estudos que já trataram do tema, no que se refere ao uso cada vez menor dos clíticos no português falado no Brasil, da conseqüente substituição destes pelo pronome lexical correspondente e da ocorrência da forma elíptica.

Em seguida, procuramos recortar nosso objeto de estudo e determinar os procedimentos a serem adotados, a fim de que pudessem guiar o desenvolvimento do trabalho no que se refere mais especificamente à escolha dos dados a serem considerados na constituição do *corpus*.

Por fim, apresentamos os dados tratados estatisticamente, assim como as conclusões a que esses nos permitem chegar.

## CAPÍTULO 1

### A VISÃO NORMATIVA DO PROBLEMA

#### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo procura reunir e apresentar, no que se refere aos pronomes oblíquos átonos, a visão que é transmitida através dos manuais do *bem-escrever* a língua pátria. O objetivo é apresentar a descrição não da norma, mas dos exemplos dos *desvios* que ocorrem no português falado no Brasil.

Não raramente, os autores em seus comentários e notas observam ou criticam os assim chamados *brasileirismos* e *barbarismos*. Disso se conclui que algumas das gramáticas escolares se propunham também a propagar as regras do *bem-falar* a língua portuguesa.

Assim sendo, justificou-se que, introdutoriamente, se fizesse uma investigação a respeito dos desvios às prescrições e normas difundidas pela assim chamada gramática tradicional, uma vez que ela é a fonte na qual todos bebem e é o parâmetro do qual muitos discordam.

Como ponto de partida, apresentaremos a seguir algumas considerações sobre a origem dos pronomes pessoais, em especial no que se refere aos da 3.<sup>a</sup> pessoa.

#### 1.2 AS ORIGENS

Não raramente se tem atribuído à origem dos pronomes pessoais algumas das discrepâncias que hoje se apresentam quanto ao uso das formas pronominais. Por conseguinte, como preâmbulo deste capítulo, serão apresentadas algumas considerações sobre o tema.

Sobre a passagem do latim vulgar para as línguas românicas modernas, no que se refere ao pronome pessoal, nos interessa não somente apresentar as formas

correspondentes do português contemporâneo no latim vulgar, mas salientar, inicialmente, a diferença entre os dois sistemas, uma vez que o latim não possuía pronome pessoal correspondente à 3.<sup>a</sup> pessoa. Conforme observa MAURER (1959, p.105) “a maior inovação da língua vulgar consistiu na criação de um pronome pessoal para a 3.<sup>a</sup> pessoa. Para tanto se aproveitou o demonstrativo *ille* e, não raro, *ipse*.”

Segundo a maioria dos autores, o emprego do pronome, de um modo geral, poderia carregar-se de valor enfático, tanto figurando como sujeito, quanto como complemento. Já na língua literária, seu uso poderia ser dispensado, caso não acarretasse prejuízo ao entendimento e clareza da frase.

Todavia, MAURER (1959, p. 173) ao tratar do fato de que algumas línguas românicas conservaram a propriedade latina da omissão do sujeito, observa que na função complementar o pronome pessoal deve vir expresso, ou seja, “o emprêgo obrigatório do pronome nas línguas românicas, tornando a frase mais concreta e definida, tem a sua origem no latim vulgar”.

A respeito dos casos, o autor faz menção à perda da maior parte da declinação antiga, não tendo seu uso importância especial no latim vulgar. Especificamente sobre o acusativo e dativo, é apresentada a seguinte observação:

*Acusativo* – Reúne em si o ablativo e o acusativo antigos, mas naturalmente em um bom número de suas funções já não se constrói sozinho: êle se reduz a uma espécie de caso regime, que exprime numerosos complementos por meio de preposições. Continua, porém, a ser caso de *objeto direto*, freqüentemente do predicativo do objeto direto, do complemento de *duração* e de *medida*, muitas vêzes ainda o do complemento de tempo, de diferença, etc. (p.176)

*Dativo* – Até onde se conservou, êle é sobretudo o caso do complemento de *atribuição*, de *interesse*, de *fim* e, por concorrência com o genitivo, que em grande parte foi eliminado, particularmente no singular, torna-se o caso do *complemento de posse*. Entretanto, nesta última função cedo sofreu concorrência da preposição *de*, enquanto na primeira foi sendo eliminado pelo emprêgo sempre mais abundante de *ad*. De um modo geral, as relações antes expressas pelos casos se enunciam cada vez mais por meio de preposições. (p.176)<sup>4</sup>

A origem dos pronomes não é, certamente, o tema predileto de alguns gramáticos tradicionais. Há casos de gramáticas que sequer mencionam o fato, principalmente aquelas que se destinam ao ensino secundário, por exemplo ROCHA LIMA (1960). Todavia, o tema tem merecido a atenção de vários autores, como em PEREIRA (1932), NUNES (1960), COUTINHO (1976) e CÂMARA JUNIOR (1979), entre outros. Não

---

<sup>4</sup> Procuramos manter em nossas citações a ortografia e acentuação segundo o texto original.



raramente, entretanto, podemos encontrá-lo de modo bastante resumido, a fim de apenas indicar ao leitor a origem no latim, como é o caso de CUNHA (1985).

A referência a MAURER (1959) se justifica na menção que faz ao autor, primeiro ao tratar o fato da introdução dos pronomes de 3.<sup>a</sup> pessoa como elemento inovador; segundo, por mencionar que o uso obrigatório do pronome na função de complemento está originado no latim vulgar.

### 1.2.1 As referências mais recorrentes à origem dos pronomes

Como veremos a seguir, o comum é que os autores situem, de modo resumido ou mais detalhado, a origem dos pronomes ao apresentar seus correspondentes para o português, segundo se originaram no latim vulgar.

Assim, a título de exemplo, apresentamos a seguir um quadro descritivo bastante detalhado dos pronomes. Os autores, SILVA JUNIOR e ANDRADE (1907), salientam que o latim possuía dois pronomes pessoais propriamente ditos (*ego, nos, tu, vos*) e para a 3.<sup>a</sup> pessoa empregava o pronome definido demonstrativo, como ilustra o quadro abaixo:

SINGULAR				
	Masculino		Feminino	
	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>
Nom. (sujeito)	<i>ille</i>	ele	<i>illa</i>	ella
Acc.(Reg. directo)	<i>illum</i>	o (ello,lo)	<i>illam</i>	a (la)
Dat. (Reg. indirecto)	<i>illui (ili, li)</i>	lhe (er, lures)	<i>illei (illi, li)</i>	lhe
Relação prepositiva	-	elle	-	ella
Ablativo	<i>illo</i>	comsigo	<i>illa</i>	consigo

  

PLURAL				
	Masculino		Feminino	
	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>
Nom. (sujeito)	<i>illi</i>	elles	<i>illas</i>	ella
Acc.(Reg. directo)	<i>illos</i>	os (los)	<i>illas</i>	a (la)
Dat. (Reg. indirecto)	<i>illorum</i>	lhes (lures)	<i>illorum</i>	lhe
Relação prepositiva	-	elles	-	ellas
Ablativo	<i>illis</i>	comsigo	<i>illa</i>	consigo

(Fonte: SILVA JUNIOR e ANDRADE, 1907, p. 250-251)

A respeito de *elle, ella*, os autores fazem as seguintes advertências:

1.<sup>a</sup> *Elle, ella* são formas dos primeiros docs. (Seculo XII), que tinham por concurrentes as arcaicas - *el, ello* (n.=*illud*) e *ille*.

Renhiram *ellas* por tempo mais ou menos dilatado. *El* desapareceu no fim do periodo archaico; *ellos, elhas*, só pesistiram no seculo XII, e nas primeiras decadas do immediato; a forma pura *ille* caiu no fim do XIV; *ello* perdeu-se no XV, em que também concorreu um fórma tónica de *el* (*salveseli*).

A fórma *ello, elle*, do regimen directo, desapareceu ante o pronome *o* (lo).

2.<sup>a</sup> *Lhe* deriva de *illi* (*illi huic*=este, contr. em *ill'huic*, d'onde *illuic*, que se encontra na fórma *illui* nas inscrip. romanas).

Apresenta tres fórmas intermediarias - *li, illi e lhi* (*lhe, lhy*), plural *les, lhis*.

*Li* (le) é frequentemente nos primeiros docs. da lingua (J.P.Rib. *Dissert.*); *illi* (*ille*) apparecem esporadicamente nos seculos XII e XIII; *le, les, lle, lles, lly, lhi*, são variantes graphicas do seculo XIV, já correspondentes a *lhe, lhes*. EX:- *que li plaza fazeles ajuda* (Rib. *Diss.*), *Me fez Deus* (Canc. Aff.), *lly for demandando* (F. de Galvão), *antes lhe quero a nha senhor dizer, coytas lhi davan amor*. (C. Vat.).

*Lhe* conservou-se invariavel até o seculo XVI (SILVA JUNIOR e ANDRADE, 1907, p.251-252).

Como vimos até aqui, os historiadores em geral, explicam as origens dos pronomes pessoais do português, ressaltando que, ao se tornar mais freqüente o uso dos pronomes em latim, empregou-se o demonstrativos *ille, illa, illud* para suprir o pronome de 3.<sup>a</sup> pessoa que não existia. Não se deve deixar de mencionar que, embora os gramáticos, em geral, tenham a preocupação de justificar a origem latina e apresentar os pronomes resultantes em português, poucos nos chamam a atenção, como faz RIBEIRO (1933, p.27), para o fato de os pronomes *me, te, e vos* exercerem também a função de dativo e, segundo justifica o autor, talvez por isso “se estendeu a mesma analogia á terceira pessoa, dizendo-se *vi-lhe*, por *vi-o*; este uso, aliás antigo, já se encontra até o século XV: mas não deve ser imitado, pois não tem auctorização dos melhores classicos, a não ser de um ou outro exemplo duvidoso”. Ou seja, desde muito houve confusão no emprego dos pronomes. Havia o uso da forma nominativa pela acusativa, ou vice-versa, além do emprego indistinto de *o* e *lhe*.

A partir da consideração de RIBEIRO (1933), nos introduzimos já num outro tema tratado em nossas gramáticas, como veremos a seguir.

### 1.3 A PREFERÊNCIA PELA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES

No tocante aos pronomes, o assunto preferido é a *colocação*. É quase regra que os autores prescrevam normas para o correto uso e colocação de pronomes. Há até quem tenha se dedicado a escrever manuais tratando especificamente desse assunto,

como é o caso de PINTO (1923), tal tem sido a importância desse tema no estudo da língua portuguesa.

MAURER (1959, p. 199) limita-se a notar que o pronome pessoal átono era enclítico. Preferencialmente, ocorria posposto à primeira palavra da frase, fosse ela um verbo ou outro termo qualquer. “Esta colocação pronominal que explica, em grande parte, os casos de próclise e de ênclise obrigatórios no português – o de Portugal e da nossa língua literária, pelo menos – ainda se observa nas outras línguas românicas durante o período medieval e explica muitas regras a que estão sujeitas até hoje”.

CUNHA (1985, p. 5) não foge à regra; elabora sua **Gramática da Língua Portuguesa** com a “preocupação de descrever e valorizar os fatos idiomáticos” dentro de princípios “funcionais”, cuja “finalidade principal” é “tornar-se um útil instrumento didático em mãos dos alunos da Escola Média e daqueles que, não tendo podido fazer estudos regulares, desejam adquirir um maior domínio dos recursos do idioma.” Para tanto o autor apresenta as características do português contemporâneo em sua “modalidade culta”, segundo o uso que dela têm feito “os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores do século XX”, preferindo, contudo, ater-se à “exemplificação haurida em autores já falecidos”. O autor observa que, embora tenha ilustrado seus exemplos a partir de escritores modernos e contemporâneos, disto não se deve “inferir que descurou-se” da língua oral, mas justifica: “Parece-nos justo que se realce, no ensino, a importância crescente da língua falada no mundo de hoje, mas sem minimizar (como fazem certos lingüistas) o alto papel que nas sociedades civilizadas desempenha a língua escrita, que é, em última análise, o código que, nelas, consubstancia as normas do falar geral”.

O autor segue, assim, a tradição e, tendo em vista esse recorte, o roteiro a ser seguido por CUNHA (1985) é bastante previsível, ou seja, o autor dedica também em sua gramática um capítulo à colocação pronominal.

## 1.4 OS DESVIOS DA NORMA

Como é de se esperar, ao tratarmos da questão da colocação dos pronomes, começamos a nos deparar com os desvios da norma, cujos exemplos, via de regra, ilustram as gramáticas com a intenção de chamar a atenção para modalidades da língua que devem ser evitadas. São esses desvios, pois, que ocorrem no português falado. São comuns e se repetem em vários autores. P.S. (1909), PINTO (1923), LOBO (1930), entre outros, condenam o uso do que chamam de *brasileirismos*; sem se preocupar, todavia, com a possível origem das formas a serem evitadas. Procuraremos apresentar, a seguir, alguns desses exemplos, relacionando-os com os pronomes a que estão associados.

### 1.4.1 As observações a respeito do *lhe*

No que se refere ao *lhe*, além da questão da origem e do chamado “barbarismo” ou “brasileirismo, ou seja, do “mau uso” do pronome, o *lhe* e, em geral, o objeto indireto merecem pouca atenção da maioria dos autores; talvez por ser questão de difícil tratamento, ou porque desnecessário é repetir o que todos dizem.

Ainda assim, sobre o pronome *lhe*, em SAID ALI (1921, p. 66), encontra-se a seguinte observação: “a forma *lhes*, com s, é relativamente recente. Nos *Lusíadas* e mesmo mais tarde, ainda encontramos *lhe* quer para singular, quer para plural.”

Reforçando a mesma idéia, NUNES (1921, p. 30) observa que quanto ao complemento indireto a par de *this* ou *lhes*, empregava o português arcaico *lhi* ou *lhe*, ainda quando se tratava de mais de um indivíduo

RIBEIRO (1933, p. 24), em seu trabalho **A língua nacional**, ao comentar o trabalho de Moraes e Silva, menciona que este em sua *Gramática* de 1802 inclui no seu “léxico um grande numero de vozes brasílicas ou portuguesas, já diferenciadas na América”, muitas destas anotações sugeridas pela linguagem do Brasil: “Por Exemplo a das - *Composições viciosas* - em que se exemplificam: amo-*lhe*, adoro-*lhe* (Capit.III) modo de frasear que na parte de sintaxe § II condena como “erros das colônias”.

Não muito distante está BERGO (1959), que elabora um extenso glossário a respeito dos principais **Erros e dúvidas da linguagem**, no qual encontramos o seguinte comentário sobre o *lhe*:

Pronome pessoal, caso oblíquo (dativo), da 3.<sup>a</sup> pessoa. Funciona ordinariamente como objeto indireto, pois equivale a substantivo regido de preposição: *Perdão aos inimigos - perdão-lhes; escrevi a meu pai - escrevi-lhe; resisti ao tentador - resisti-lhe*. É erro crasso empregar-se esta forma em lugar de *o, a, os, as*, pronome acusativo que tem a função de objeto direto e substitui nomes não preposicionados: *encontrei o amigo - encontrei-o; vi-o (o amigo) alegre; cumprimentei o senhor, você - cumprimentei-o*. O erro procede, as mais das vezes, da falsa suposição de que as expressões especiais de tratamento de 3.<sup>a</sup> pessoa (você, V. EX.<sup>a</sup>, V.S.<sup>a</sup>, o senhor etc.), equivalentes, em sentido, à segunda pessoa, por significarem a *pessoa com quem se fala*, tenham por objeto direto a forma *lhe*, o que é de todo injustificável. (BERGO, 1959, p. 231)

A parte final do comentário do autor diz respeito ao uso do pronome *lhe* na 2.<sup>a</sup> pessoa. Todavia, observações semelhantes podem ser encontradas no que se refere a 3.<sup>a</sup> pessoa.

SILVA JUNIOR e ANDRADE (1907, p. 47), ao tratarem das divergências entre o português do Brasil e de Portugal, observam que estas se dão não só no que diz respeito à pronúncia, mas, principalmente, também a algumas transferências de significação. Todavia, “diferenças syntaxicas importantes são raras, e apenas na linguagem vulgar: *fui na casa, estava na janella*; o emprego do pronome sujeito pelo objecto *vi elle*, e tambem *vi-lhe, isto é para mim ler*.”

Conforme esses autores, o *lhe*, por sua vez, poderia funcionar como pronome possessivo. Assim em “segure-*lhe* a mão” e “vendi-*lhe* as terras” (p. 255), *lhe, lhes* equivalem a *sua, suas*.

Sobre alguns “barbarismos” observados na língua, os autores dão como exemplo o uso do *lhe* (forma sintética de *a ele, a ela*) por *o* (= *ele*) e vice-versa. Citam e apresentam os seguintes exemplos: “*Vi-lhe hontem; chamei-o palerma*”. (p. 582)

Apresentação semelhante encontramos em ALMEIDA (1963, p. 163), para quem “em certos casos, é possível e elegante a substituição do possessivo pelo correspondente oblíquo: *Machucaram-lhe a cabeça* (*Machucaram a cabeça dêle*) - *Levaram-lhe o filho* (*Levaram o seu filho*) - *Captei-lhe a confiança* (*Captei a sua confiança*)”.

Em CARNEIRO RIBEIRO (1915, p. 660), novamente a observação de que as variações *lhe, lhes* são sempre complementos indiretos, embora entre os antigos se encontre *lhe* fazendo o papel de complemento direto: “*A duquesa que em extremo lhe*

*amava*, em vez de **o** *amava*; *tomou-lhe a noite*, em vez de *tomou-o a noite*; tal syntaxe, porém, é hoje proscripta do bom falar”.

Outra função que o autor atribui aos pronomes é a de realce, ou seja:

Muitas vezes ás formas pronominaes *a mim*, *a ti*, *a elle*, *a ella*, *a nós*, *a vós*, *a elles*, *a ellas* se ajuntam na mesmma proposição, por emphase e realce, as variações *me*, *te*, *lhe*, *lhes*, *nos*, *vos*, *o*, *a*, *os*, *as*: *A mim tudo me faz falta*; *a ellas tudo lhes agrada*; *a elles tudo lhes convém*; *a ellas todos as estimam e lisongeam*; *parece-me a mim que elles se enganam*; *a mim admira-me que tão alto funcionario descesse a tanto*. (CARNEIRO RIBEIRO, 1915, p. 661)

Observações semelhantes poderão, por exemplo, ser encontradas também em GOMES (1910), LOBO (1930), PEREIRA (1943).

Relacionado ao emprego do *lhe*, vamos encontrar o trabalho de ROCHA LIMA (1956, p. 39), que, ao tratar do objeto indireto, nos apresenta a seguinte definição: “o objeto indireto representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ele se realiza”. O autor nos chama a atenção para o fato de que, por generalização,

costumam reunir-se sob a designação de *objeto indireto* todos os complementos que, sendo substantivos, vêm precedidos de uma preposição. (...) Mas cabe notar, pelo menos, esta diferença intrínseca: há, de um lado, o caso de um *nome de pessoa* a quem se refere expressamente a ação verbal, ou em proveito de quem ela se realiza; êsse nome vem precedido da preposição *A* e corresponde à forma pronominal átona LHE(s): *obedeço a meu pai* (ou *obedeço-lhe*), *falei a Mario* (ou *falei-lhe*). De outro lado, há o caso de um substantivo que se liga ao verbo por uma preposição determinada (*a*, *com*, *de*, *em*, etc.) (ROCHA LIMA, 1956, p. 39).

Continuando seu raciocínio, o autor cita CÂMARA JR. – em sua *Gramática* para a 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> séries ginasiais, da obra *Curso de Língua Pátria*, de J. MATTOSO CÂMARA JR. E ROCHA LIMA – F. Briguier & Cia., Editores, Rio de Janeiro, 1945, p. 10 – destacando que o substantivo se liga ao verbo por uma preposição determinada, “mas cujo valor é de objeto direto”; quando pronome, é expresso pelas formas pronominais tônicas MIM, TI, ÊLE, ELA, NOS, etc.: *assistir a uma conferência* (ou *assistir a ela*), *preciso de seus conselhos* (*preciso dêles*), *tratar do doente* (*tratar dêle*) (p. 39-40). Ainda sobre o exemplo *tratar do doente* o autor nos apresenta a seguinte nota:

A nitidez do “valor de objeto direto” transparece, neste último exemplo, pela possibilidade de substituição pela forma átona *o*: *tratar do doente* (*tratar dêle* – ou – *tratar-lo*). Estudando este verbo, diz categoricamente José Oiticica: “mas em *tratou do doente*, *do doente* é objeto direto”. (*Manual da Análise*, 5. edição refundida, Livraria Fancisco Alves, 1940, pag. 210, *nota*). (ROCHA LIMA, 1956, p. 40)

Mais adiante, ROCHA LIMA (1956, p. 85) faz algumas considerações a respeito das dificuldades relacionadas à natureza do objeto indireto. A esse respeito se vale o autor do emprego latino. Afirma que “a única preposição que rege objeto indireto é *a* (raramente *para*), correspondendo, portando, o seu emprêgo ao emprêgo normal do dativo latino”. Em seguida, o autor afirma que nem todo complemento introduzido por *a* se constitua num objeto indireto, mesmo excluídos “os casos líquidos de complementos circunstanciais”. Abaixo, apresentamos o que ele reconhece como “seis tipos de incontestados de objeto indireto”:

- a) os que servem de complemento aos verbos acompanhados de objeto direto, representando onde termina a ação, ou seja dos verbos *dandi*, *dicendi*, *rogandi*, seus correlatos e reversos;
- b) quando o complemento junta-se à unidade formada de *verbo + objeto direto*, indicando o possuidor de alguma coisa (neste caso pode-se substituir preposição *a* por *de*). Por exemplo: *Mandou cortar a cabeça de fulano*;
- c) quando o complemento acompanha certos conglomerados constituídos de *verbo + objeto direto*, dos que depende o objeto indireto. O autor observa, ainda, que alguns desses conglomerados, que em latim regiam dativo, correspondiam muitas vezes verbos simples, como por exemplo: “*ter medo a* (= *temer*)” (ROCHA LIMA, 1956, p. 86)
- d) quando o complemento aparece num tipo especial de construção, na qual os verbos *fazer*, *deixar*, *mandar*, *ouvir* e *ver* aparecem combinados com infinitivos e acompanhados de objeto direto, ou, ainda, a verbo de ligação seguido de predicativo;
- e) quando o complemento se liga a verbos intransitivos unipessoais, designando a pessoa em quem se manifesta a ação. por exemplo *custou ao menino aceitar a situação*, assim como *parecer a*, etc.;
- f) quando o objeto indireto se liga a verbos pessoais, destituídos de objeto direto que correspondam a verbos latinos que exigiam dativo, tais como *acudir*, *aludir*, *ceder*, *obstar*, etc. O complemento pode, ainda, ligar-se a verbos que em latim não tinham dativo, mas que, no entanto, em português apresentam especializações de sentido e que, em um desses sentidos, valem-se do objeto indireto como nos exemplos: “*visar* ( com o sentido de *pretender*), *querer* (com o sentido de *amar*, *estimar*)” e “*valer* (com o sentido de *socorrer*)”. (ROCHA LIMA, 1956, p. 88).

Os verbos, cuja regência tem variado através dos séculos, também são mencionados, entre eles estão *obedecer*, *resistir* e *agradar*, entre outros, que seriam empregados só com objeto indireto, mas que possuíram já dupla sintaxe na linguagem dos séculos XVI e XVII. Finalmente, o autor nos apresenta a seguinte nota:

Verbos como *gostar de*, *depende de*, *precisar de*, *carecer de*, *lembrar-se de*, *esquecer-se de*, *abster-se de*, *fugir de*, *consentir em*, *assistir a* (uma festa), *susceder a*, *proceder a* etc... não têm objeto indireto. o complemento deles se filia ora no ablativo, ora no genitivo.

À falta de melhor designação, tais complementos podem chamar-se *terminativos*, ou seguindo a MEYER-LÜBKE (GRL., tradução francesa, II parág. 349), *complementos relativos*. (ROCHA LIMA, 1956, p. 89)

No capítulo destinado à regência verbal, CUNHA (1985, p. 483) trata de alguns verbos separadamente, entre eles está o verbo *assistir*, que, seguindo a tradição gramatical, apresenta-se como transitivo indireto, no sentido de “presenciar”. No entanto, “na linguagem coloquial brasileira, o verbo constrói-se, em tal acepção, de preferência com *objeto direto* (cf.: *assistir o jogo, um filme*), e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramatical condenada”.

Gostaríamos de mencionar, ainda, no que se refere ao *lhe*, o trabalho de BARBADINHO NETO (1977) **Sobre a norma literária do modernismo**, no qual o autor nos apresenta seu trabalho como uma obra que “visa fundamentalmente a contribuir para a elaboração de uma gramática do português literário contemporâneo do Brasil, acompanhando a observância, pelos modernistas, de várias normas morfo-sintáticas preconizadas em geral pela tradição gramatical” (p. 16). Ao referir-se ao *lhe*, ressalta que “empregar o pronome *lhe* com ofício de objeto direto também não sorriu aos escritores contemporâneos, que somente vez por outra recorrem à sintaxe da língua falada. Dela se avistam, esparsos, alguns exemplos” (p. 18). Afirmação que segundo o autor, “é válida ainda com respeito àqueles escritores que se mantiveram insuperáveis em sua fidelidade à linguagem popular, preservada na tradição oral, em toda sua pureza” (p. 19).

Procuramos, assim, apresentar as considerações mais comuns a respeito do emprego do *lhe*. Resumidamente, podemos dizer que, além do uso do OD em lugar de OI, a outra observação importante diz respeito a não observância da regência verbal preconizada.

#### 1.4.2 As observações a respeito do *para ele, para ela*

No que tange ao uso de *para ele, para ela*, encontramos poucas referências ao tema. Todavia, duas delas são dignas de serem mencionadas. Primeiro apresentaremos a de LOBO (1930), que adverte, ao final de seu trabalho, que seus **Cânones Gramaticais e Estilísticos** “são ordenações dos pontífices da literatura luso-brasileira” (p. 406),



visando “ensinar ao escritor nível o que, o como e o por onde,– durante a confecção e o acabamento das frases,– convém ao mesmo desbastar, retificar, polir e envernizar...” (p. 405-406). Dentro dessa  tica, o autor nos apresenta várias considerações a respeito do uso dos pronomes. Destas, talvez a que mais chame a nossa atenção, não por tratar dos desvios, mas por recomendar a título de *reforço* ou *realce* a *forma analítica*, que ocorre no uso corrente da língua falada, pois, o autor reconhece que também na língua escrita há dificuldade na leitura da *forma sint tica*, sendo de bom tom o uso da outra forma.

O outro exemplo, o de P.S. (1909), trata do uso do pronomes reflexivos *se*, *si consigo*, Já chamando a atenção para a ambigüidade envolvendo a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas. O autor é bastante enfático ao condenar o uso destes para designar a pessoa *a quem* se fala (caso não se trate de um reflexivo) e ilustra com o seguinte exemplo, retirado de um diálogo entre um chapeleiro e uma senhora:

Chap.: Seu marido comprou um chap o para si.  
 Sr.<sup>a</sup>: Que desperdício! Ainda hontem tinha comprado um chap o novo.  
 Chap.: Mas, perdoe-me, V.Exc.<sup>a</sup>, o chap o não foi para elle, foi para si.  
 Ficava tudo em pratos limpos se dissesse: comprou-lhe um chap o *ou* para V.Exc.<sup>a</sup>  
 (P.S., 1909, p. 167)

O que se deve observar aqui é o uso de *para ele* feito pelo chapeleiro para se desfazer do uso *err neo* do pronome *si* (que pode ser usado para a 2.<sup>a</sup> pessoa, podendo ser entendido como pertencente a 3.<sup>a</sup> pessoa). Para desfazer a ambigüidade, portanto, ele se vale do *para ele*, entendendo que este seja utilizado em função reflexiva. Questão semelhante   tratada por LEMLE (1985) ao analisar o trabalho de MOREIRA DA SILVA (1983). Um dos temas tratados nesses trabalhos é a possibilidade do pronome *ele* ocorrer em função reflexiva. Sobre esse assunto, retomaremos a discussão no capítulo 2.

#### 1.4.3 As observações a respeito dos oblíquos *o*, *a*

Como mencionamos anteriormente, o assunto preferido por boa parte dos gramáticos está relacionado à questão da colocação dos pronomes, principalmente no que toca ao pronome oblíquo átono. Todavia não podemos deixar de mencionar o fato de que, de acordo com a gramática tradicional o clítico também seria sujeito do infinitivo

nas construções que se diz são herança do ACI latino. PEREIRA (1943, p. 211) ressalta que o pronome só em caso reto pode funcionar como sujeito, contudo há casos em que o pronome oblíquo representa o sujeito do infinito. Isso ocorreria freqüentemente com os verbos *fazer*, *deixar*, *ver*, *ouvir*, *mandar*, e os seus sinônimos “quando o sujeito do infinito se põe para com eles em relação complementar”, como nos exemplos: “Fazei-os sentar, deixei-os vir”. Ainda a esse respeito, o autor nota que:

É erro vulgar dizer-se: *fazei êle sentar, deixai êle vir, ouvi êles dizer, vi êles cair, mandou êles prègar*. - *Mandou-os prègar*, porém - *mandou-LHES que prègassem* e - *mandou-LHES cumprir a tarefa*. (Vid. *Gr. Hist.*, págs. 321.322). *Mandou-LHE dar* ou *mandou dar-LHE*, pois com *mandar* só aparece o acusativo *o*, quando sujeito do infinitivo por êle regido. (PEREIRA, 1943, p. 211)

Em ALMEIDA (1963, p. 347) encontramos, novamente, menção ao sujeito acusativo, em que o pronome acusativo desempenha esta função, embora, por regra, somente o pronome reto possa funcionar como sujeito. Tal se dá com os verbos *deixar*, *fazer*, *mandar*, *ouvir*, *sentir* e *ver*, como no exemplo “O medico fê- LA andar”, em que *andar* é objeto do verbo *fazer* e *LA*, por sua vez é o sujeito de *andar*. Pelo fato de nesta oração aparecer a forma oblíqua do pronome, ressalta o autor que:

não nos devemos deixar enganar na sua análise, atribuindo-lhe função objetiva. Trata-se, exclusivamente, de um *latinismo sintático*, onde as subordinadas substantivas levam o verbo para o infinitivo, com o respectivo sujeito no caso *acusativo*; pelo que, diremos constituírem essas sentenças exemplo de **orações infinitivo-latinas**.

Nota - São portanto erradas as construções: “Fiz *êle* entrar” - “Vi *elas* sair” - “Deixei *êle* passear” - “Viu *eu* entrar” - em vez de : “Fi-*lo* entrar” - “Vi-*as* sair” - “Deixei-*o* passear” - “Viu-*me* entrar”. (ALMEIDA, 1963, p. 347)

ROCHA LIMA (1956) ao tratar dos objetos diretos, além das informações já apresentadas aqui, acrescenta que os pronomes átonos *o*, *a*, *os*, *as*, cuja função normal é a de objeto direto, podem ocupar também a função de sujeito de um infinitivo. Assim em *mandei-o entrar* “o objeto direto de mandar é o pronome pessoal *o*, que serve, ao mesmo tempo, de sujeito ao infinitivo *entrar* (p. 37). A justificativa desse uso o autor retira do *Manual de Análise* de JOSÉ OITICICA, 5. ed. de 1940, p. 221-222: “Essa sintaxe é latina e, com frase progressiva, pode estar o verbo em gerúndio ou infinitivo precedido de *a*. Exemplos: a) – Deixei-as dormindo; b) – Quero-as dançando ou a dançar; c) – Ouvi-a cantando ou a cantar; d) – Vi-a querendo chorar”.

Ao apresentar os exemplos acima, o autor destaca que esses exemplos vêm de encontro ao que os latinos chamavam de *accusatiuus cum infinitiuo*, ou seja, uma

palavra em acusativo, caso do objeto direto, servindo de sujeito a um infinitivo. O autor ilustra sua explicação com o seguinte exemplo: “*Caesar milites pontem facere iussit*. César mandou os soldados construir uma ponte”, esclarecendo em seguida que “O acusativo *milites* (*miles*, *militis* = o soldado) é, ao mesmo tempo, o objeto direto de *iussit* (= *mandou*) e o sujeito de *facere* (= *fazer*)” (p. 38).

Já em CUNHA (1985, p. 299) encontramos o seguinte exemplo: “mandou-o subir ao gabinete e mandou que ele subisse ao gabinete”.

No que se refere ao pronome *o* (*lo*= lat. *illo*=*illud*), SILVA JUNIOR e ANDRADE (1907, p. 253) salientam que este “de feito substitui o pronome *elle* no caso objectivo desde o XVI”.

Sobre o mesmo tema, em BARBADINHO NETO (1977, p. 20), que como já mencionamos trabalha com textos dos escritores modernistas, encontramos a seguinte nota: “Quanto ao emprego do pronome oblíquo tônico como sujeito de verbo no infinitivo queremos dizer que, apesar do torneio ser muito próprio da linguagem coloquial, não encontrou, entretanto, gasalhosa hospedagem dos escritores”.

Além das considerações sobre os pronomes oblíquos átonos, acima apresentados, as mais freqüentes tratam da substituição destes pronomes por *ele* e *ela*, como veremos a seguir.

#### 1.4.4 As observações a respeito do *ele*, *ela*

Como vimos anteriormente, *ele*, *ela* também figuram como sujeito do infinito. Há todavia, outras considerações a serem feitas sobre o assunto.

P.S. (1909) observa que, além da colocação dos pronomes enclíticos, alguns “brazileirismos syntacticos” (embora já os tenhamos mencionado anteriormente) são dignos de nota; entre eles está o “emprego de *elle* e *lhe*, designando complemento directo. *Eu vi elle*. *Eu lhe vi*.” (p. 293). Ainda sobre o mesmo assunto, o autor, ao tratar do pronome complemento, salienta que, tanto para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, usa-se indistintamente *me*, *a mim* e *te*, *a ti* como complemento objetivo e terminativo. Todavia, “o povo estendeu **erroneamente** o uso para a 3.<sup>a</sup> pessoa, dizendo: *vi-lhe*; o que se póde dizer é: *vi a elle*. *Vi ele* é erro crasso” (p. 167).

GOMES (1910) ao tratar do pronome e sua flexão, observa que quanto ao gênero *eu* e *tu* são invariáveis, “porque, sendo eu a pessoa que fala, e tu a pessoa com quem se fala, supõem-se ambas presentes no acto de falar” (p. 81), portanto não sendo necessária a flexão. “O pronome *elle*, porém, podendo representar pessoa ou objecto ausente, carece de flexão distinctiva e por isso varia em genero”(p. 81).

Quanto às formas dos pronomes, o autor observa, ainda, que “*elle, ella, elles, ellas* são fôrmas exclusivamente nominais. É erro commum do povo do Brazil dizer *vi elle, conheci ella*, etc. Deve-se dizer: *vi-o conheci-a*” (p. 83).

O autor também aponta para diferenças na sintaxe da linguagem popular do Brasil, entre os exemplos estão “*vi ELLE por vi-o;...*” “*...recomendei A ELLE que falasse A ELLAS*, em vez de *recomendei-LHE que LHES falasse*” (p. 432-433).

PEREIRA (1943), ao tratar do objeto direto, faz duas observações que merecem ser mencionadas, embora já tenham sido consideradas de maneira semelhante por outros autores:

1.<sup>a</sup> Quer o Sr. G. Belegarde, em *Vocabulos e Locuções da Língua Portuguesa*, que seja incorreto dar *acusativo* ao verbo *chamar*, na acepção de apelidar, dizendo *chamei-o sábio* em vez de *chamei-lhe sábio*. Esta última regência é, de fato, mais comum entre os clássicos. Da outra, todavia, encontramos também exemplos: *Pois se elas têm bons dentes e aquilo QUE CHAMAM graça na boca e cova na face* (F. de Melo). - *Se pois Davi o CHAMA seu senhor, como é seu filho?* (A.P.). - *Isso QUE CHAMAM fama e glória vã* (Constâncio, Dic.).- Não se deve, pois, taxar de incorreta essa regência, que, embora não seja tão vulgarizada, melhor se conforma, aliás, com o caráter transitivo do verbo, revelado em sua forma passiva: *Ele foi chamado sábio*.

2.<sup>a</sup> É erro vulgar no Brasil dar ao caso reto dos pronomes substantivos funções objetivas, p. ex.: *Eu vi ÊLE. ele viu NÓS, chama EU*, em vez de - *eu O vi, êle NOS viu, chama-ME*. Dêstes brasileirismos encontra-se, todavia, exemplos em clássicos portugueses: *E el-rei... degredou ÊLE e os filhos* (Fern. Lopes, apud R. Barbosa.- *Que em tal caso houvessem ELA por sua rainha e senhor* (Ib.).- *Mas assii de longe ordena ÊLES a ventura...* (B. Ribeiro).- *TODO ÊLE aplicam* (A.V.).- *Êles falem por mim, ÊLES só ouve* (A. de F.). (PEREIRA, 1943, p. 219).

ALMEIDA (1963, p. 155), ao tratar dos pronomes oblíquos, faz a seguinte observação: “No Brasil, até mesmo entre doutos, comete-se o mezinho erro de dar para objeto direto o pronome do caso reto (caso nominativo, caso do sujeito) ouvindo-se a cada passo solecismos como êstes: ‘Só vejo *êle* de tarde’ - ‘Pegue *eu*’ - ‘Olhe *êle* ali’.

No tocante aos pronomes *ele, ela*, acrescentamos, por fim a observação de BARBADINHO NETO (1977, p. 23), cujo trabalho trata da norma literária modernista: “Embora rejeitados da língua padrão, notaremos que *ele(s)* e *ela(s)* com valor de

pronome reflexivo ganharam um alto padrinho nos modernistas<sup>5</sup>. Notaremos mais que - ao parecer - foi Alencar o primeiro a quem sensibilizou essa eleição popular”.

Como procuramos demonstrar, o uso de *ele*, *ela*, enquanto pronome objeto está ligado primeiramente aos desvios relativos à troca de OI por OD. É comum que sejam encontrados no lugar dos pronomes de seus respectivos pronomes oblíquos, podendo exercer também a função de sujeito de oração infinitiva e, ainda, ocorrer em função reflexiva.

Buscou-se, assim, montar um quadro, ainda que incompleto, das prescrições relativas ao *bom uso* dos pronomes oblíquos átonos, bem como remontar às origens e apresentar a evolução por que passaram, não esquecendo, entretanto, de demonstrar que alguns dos desvios anotados pelos autores em suas gramáticas, que se consagraram historicamente por terem sido adotadas como manuais de consulta e orientação em escolas e cursos de língua portuguesa, ocorrem na língua portuguesa que hoje se fala, pelo menos no Brasil, e sobre a qual orienta-se o presente estudo.

---

<sup>5</sup> A esse respeito já fizemos menção - ver p. 15 do presente trabalho, nota sobre LEMLE (1985).

## CAPÍTULO 2

### O QUADRO TEÓRICO

#### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como se pôde constatar, as gramáticas normativas prescrevem o uso “correto” dos pronomes oblíquos *o*, *a* para objeto direto (OD) e *lhe* para o objeto indireto (OI) no PB, assim como de suas variantes *lo*, *la*, *no*, *na* e plurais. Porém, já há muito que o uso de tais pronomes no cotidiano da língua oral passou a ser expresso pelo pronomes *ele*, *ela* para OD e *para ele*, *para ela* para OI, quando não é o caso de se constatar simplesmente a ausência de qualquer pronome.

Nosso objetivo neste capítulo é reunir os estudos de lingüística que já trataram do tema, visando, deste modo, compor um quadro de referências, a partir das quais será feita a análise dos dados e interpretação dos resultados obtidos. Como introdução nos deteremos naqueles trabalhos que abordam questões relacionadas aos *clíticos* e *pronomes lexicais* OD. Em seguida veremos alguns dos estudos que tratam dos *clíticos* e *pronomes lexicais* OI. Em terceiro lugar, apresentaremos alguns trabalhos que tratam das *elipses* ou *ausências de preenchimento*.

Entendemos que assim vamos nos concentrar nas questões específicas deste trabalho, ou seja, no que se refere ao uso cada vez menor dos *clíticos* no português falado no Brasil e da conseqüente substituição destes pelo pronome lexical correspondente, bem como da ocorrência da forma elíptica.

Tal procedimento é resultado do caráter do trabalho que busca, primeiramente, levantar as ocorrências dos pronomes ditos “átonos”, para em seguida delinear a situação em que se encontram os *clíticos* de terceira pessoa, *pronomes lexicais* e *objetos nulos*<sup>6</sup> nas três capitais da região Sul do Brasil. Para tanto, nos baseamos nos

---

<sup>6</sup> Objeto nulo é a terminologia utilizada correntemente nos trabalhos mais recentes para fazer referência ao fato de que o português é uma língua que admite a realização Ø do pronome objeto.

postulados da sociolinguística variacionista, bem como nos valem de recursos oferecidos eventualmente por outras correntes da linguística.

## 2.2 OS CLÍTICOS, PRONOMES LEXICAIS E AUSÊNCIAS DE PREENCHIMENTO DE OBJETO DIRETO

Uma vez que a maioria dos trabalhos produzidos sobre o tema dizem respeito ao OD, apresentaremos esses estudos em primeiro lugar. Veremos também estudos com interesses distintos, a fim de ilustrar, desta maneira, que a questão tem merecido atenção de diferentes correntes dentro da linguística. Incluiremos, ainda, reflexões relacionadas à ausência de preenchimento do pronome OD, uma vez que os temas estão intimamente ligados.

Citado por boa parte dos autores que tratam do assunto, o primeiro trabalho que trata da questão dos dialetos é o de AMARAL (1920) que aborda em seu trabalho “um dialecto bem pronunciado , no território da antiga província de S. Paulo” (p. 11). Ainda segundo o autor,

é de todos sabido que o nosso falar *caipira* bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência (AMARAL, 1920, p. 11).

AMARAL (1920) faz algumas considerações, primeiro, sobre a colocação dos pronomes, chamando a atenção para o uso que se fazia em Portugal e do uso feito no Brasil, em que não nos deteremos. Posteriormente, ao tratar do pronome especificamente, no que diz respeito aos oblíquos *o, a*, AMARAL (1920, p. 59) salienta que “o pronome oblíquo *o a* perdeu toda a vitalidade, aparecendo quase unicamente engravado em frases ossificadas: *que o lambeu!* etc.”. No tocante a *ele ela*, ressalva:

O pronome *êle ela* pode ser objecto directo: *Peguei êle, enxerguei elas*.

Êste facto é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do país. Dêle se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o

brasileirismo se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenómeno que se verificou, sem continuidade, no período ante-clássico do português.

Esta informação nos pareceu bastante relevante pois, não raramente, ao nos depararmos com exemplos do português medieval e exemplos de ocorrências extraídas de trabalhos contemporâneos, somos levados a deduzir que há relação de continuidade entre os dois fenómenos, porém, esta não é uma questão encerrada.

Os autor, ao tratar do dialeto caipira, aponta algumas questões que irão motivar outros trabalhos dentro da lingüística.

Por sua vez, ao tratar do *ele* na função acusativa, CÂMARA JUNIOR (1972) afirma que o uso de *ele* como acusativo é um dos traço dos mais característicos do PB. Tal uso, no entanto, é condenado no ensino escolar, pois caracteriza a “linguagem do povo”. Mesmo assim, o autor ressalta que esse “é, todavia, um traço geral e típico do português oral de todos os níveis sociais no Brasil; só o evitamos em certas situações nas quais aquele que fala sente toda sua responsabilidade de homem instruído e, mesmo assim, êle não chega sempre a eliminá-lo de todo.” (p. 48).

O autor argumenta que não se trata do emprego do caso sujeito como acusativo,

mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A forma *êle* no português do Brasil dêles se aproximou, separando-se do sistema de pronomes pessoais, onde há flexão casual. Diz-se, portanto *êle anda*, *falo a êle*, *vejo êle*, exatamente como *Pedro anda*, *falo a Pedro*, *vejo Pedro*, em vez de *êle anda*, *falo-lhe* ou *falo a êle* e *vejo-o*, enquanto que para a primeira pessoa, por exemplo, usamos sempre flexões casuais *eu ando*, *me fala* ou *fala a mim*, e *me vê*. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa dos sistema casual de pronomes pessoais. (CÂMARA JUNIOR, 1972, p. 49)

A respeito da semelhança do pronome com os demonstrativos, ressalta que

Não se pode negar que chegamos a um quadro gramatical muito harmônico. *Êle* já se associava aos demonstrativos e aos nomes pelo fato de ser uma forma-base à qual se acrescentam desinências do feminino e do plural inteiramente semelhantes às dos demonstrativos e dos nomes (*êle*, -a, -es, -as ao lado de *êste*, -a, -es, -as, e de *lôbo*, -a, -os, as.) enquanto que *eu* e *tu* não têm gênero e têm plurais heteronímicos (*eu*: nós, *tu*: vós). Além disso, sob o aspecto semântico geral, o pronome da terceira pessoa está



ligado aos nomes, dos quais *êle* é um substituto; ao contrário, os pronomes da primeira e segunda pessoa não se referem a um nome, mas diretamente às pessoas do discurso. Em *êle anda*, *êle* está no lugar de *Pedro*, por exemplo; e é *êste* nome que sentimos implícito na frase; mas, se um homem chamado *Pedro*, diz *-eu ando*, o pronome, evidentemente, não tem mais *êste* valor translativo e tal frase não equivale a *Pedro anda* no espírito dos interlocutores. (CÂMARA JUNIOR, 1972, p. 49-50)

Concluindo, o autor ressalta que daí não se deve concluir que as formas do “caso-regime” da terceira pessoa estejam destinadas a desaparecer em definitivo, mas que as mesmas podem ser encontradas no português de Portugal (doravante PE).

No que se refere ao *lhe*, CÂMARA JUNIOR (1972), chama a atenção para a alteração ocorrida nos sistemas dos pronomes pessoais. Assim, “por causa das condições específicas do Brasil, usamos sempre a terceira pessoa quando nos dirigimos ao interlocutor, enquanto que, em Portugal, isto é uma expressão formalística, ao lado do *tu* no círculo familiar” (p. 51). Desse modo, no Brasil o uso do *você* para o tratamento familiar e de *senhor* para o tratamento respeitoso firmou-se em lugar de *tu* e *vós*. Razão pela qual, segundo o autor, “*lhe* tornou-se ambíguo para a terceira pessoa propriamente dita, onde *êle* é o caso-sujeito. Assim colocou-se regularmente em seu lugar sua variante a *êle*: estou *lhe* falando, mas -estou falando a *êle*” (p. 52).

RODRIGUES (1974), com dados recolhidos em pesquisa de campo entre julho de 1971 e agosto de 1972, realiza também estudo sobre **O Dialeto caipira na Região de Piracicaba**, tendo por objetivo utilizar os dados obtidos na verificação empírica do modelo proposto pela teoria gerativa, ou seja, fixar condições sociolinguísticas em que se processam ou são modificadas as regularidades da língua-padrão, utilizando o modelo proposto pela gramática gerativo-transformacional de Chomsky.

A autora procura ainda analisar a vitalidade da variação dialetal chamada de “dialeto caipira” que, segundo AMARAL (1920), estaria já em 1920 em vias de desaparecimento. Os dados da pesquisa de campo de RODRIGUES (1974), no entanto, demonstram que o dialeto caipira mostrou estar em pleno vigor, sendo reconhecido pelos moradores de Piracicaba como uma de suas características culturais.

A autora constata, entre outras coisas, no que diz respeito ao tema aqui tratado, que, como não há “oposição formal de nomes pessoais, na estrutura de superfície, para as funções de sujeito e complemento, usa-se uma única forma” (RODRIGUES 1974, p. 59) como nos exemplos que seguem:

- (08) a. "Daí eu peguei *ela*".  
 b. "Ele ia visitar *ela*".  
 c. "A gente bate *ele* assim".  
 d. "Eu trouxe *ela* e dois baldinho".  
 e. "Ele mata *você*".

(RODRIGUES, 1974, p. 59)

No entanto, em frases de cunho religioso aparece, às vezes, a forma oblíqua, não enfática ou mesmo enfática, em função de complemento:

- (09) a. "Se Deus o Livre".  
 b. "Jesus *me* abençoou eu".  
 (RODRIGUES, 1974, p. 59)

Mais adiante, ao tratar do sintagma preposicional, observa que, quando o verbo possui tanto traços [+Transit] e [+Atribut], o sintagma nominal e o sintagma preposicional são constituintes obrigatórios de **GV** (grupo verbal), como nos exemplos:

- (10) a. "Eu vou dar *remédio pra ele*".  
 b. "Levaram *água pra mim*".  
 c. "Ele fez *isso pra nós*".  
 (RODRIGUES, 1974, p. 72)

Todavia, como a elisão na estrutura superficial é bastante freqüente, é comum o apagamento de **SN** e/ou **SP** complemento:

- (11) I.  
 a. "Ponhava (a sopa) na tigela e lavava (a sopa)".  
 b. "o menino não aceitava (o leite)".  
 c. "Ele procurava (o leite)".  
 d. "Porque conhece a gente".  
 e. "Eu pego ele ponho (ele) na mesa".  
 f. "E costura (o saco) bem costurado".  
 g. "Pega (o fardo) com caminhão".  
 II.  
 a. "Eu gosto (de carne)".  
 b. "Ele gostava (de leite do peito)".  
 (RODRIGUES, 1974, p. 73)

No capítulo sétimo, ao tratar da pronominalização e da regra de reescrita proposta para o grupo nominal, a autora salienta que

O termo nome pessoal - **NPess** - em lugar do pronome tem a vantagem de evitar também a definição - "o que está em lugar do nome" - que não poderia corresponder ao nomes pessoais - *eu/você* que entram no circuito da comunicação. O termo *pronome* é ainda aproveitado para os pronomes de 3.<sup>a</sup> pessoa - *ele/ela* - que estão fora do circuito da comunicação. No entanto, não é também adequado, porque *ele, ela* não substituem o nome, mas são o resultado de uma elisão do sintagma nominal. Esta operação elíptica é chamada *transformação pronominal* ou pronominalização. Assim *ele, ela, eles elas*

implicam necessariamente a existência de um sintagma nominal subjacente. Como não existe oposição entre *ele* sujeito e *ele* complemento, na estrutura de superfície, entende-se que a transformação pronominal se processa nos dois níveis: sujeito e complemento, com o mesmo resultado final (RODRIGUES, 1974, p. 112-113).

Com relação ao que afirma acima, a autora nos apresenta os seguintes exemplos:

- (12) I.  
 a. "*Ele* (o meu avô) morou com o Sabino aí".  
 b. "*Ela* (Marlene) Chorava".  
 c. "*Elas* (formigas) morde duro".  
 II.  
 a. "Peguei *ele* (o tatu) pru rabo, trouxe *ele* (tatu) vivo".  
 b. "Só via *ela* (minha mãe) cortar e olhava bem".  
 c. "Acharam a menina e prenderam *ele* (o homem)".  
 (RODRIGUES, 1974, p. 113)

Ao tratar da reflexivização, ou transformação reflexiva, observa que esta se relaciona, de certo modo, com a transformação pronominal que, no entanto, opera com a identidade que existe, a partir do núcleo, entre dois sintagmas nominais, ou seja, "o sintagma sujeito é idêntico ao sintagma nominal complemento", que pode aparecer das seguintes maneiras:

- (13) I. Ele matou ele.  
 II. Ele matou-se.  
 III. "Ele se matou".  
 (RODRIGUES, 1974, p. 113)

Embora a reflexivização não seja objeto de nossa pesquisa, ela reforça que a utilização dos pronomes lexicais na função de objeto.

OMENA (1978), ao analisar o pronome pessoal de 3.<sup>a</sup> pessoa em função acusativa na fala de pessoas adultas, não escolarizadas, da área do Rio de Janeiro, observa que o pronome pessoal pode apresentar-se sob três formas: elíptica, pronome sujeito *ele(s)*, *ela(s)* ou pronome objeto *o(s)*, *a(s)*. Note-se que, por se tratar de um dos primeiros trabalhos a estudar a questão, a autora trata *ele/ela* por pronomes sujeito, assumindo que os mesmos desempenham a função de objeto direto.

Ao tratar dos *clíticos*, a autora chama a atenção para o fato da não ocorrência dos mesmos na fala de seus informantes, ou seja, o pronome acusativo *o*, *a* não integra a produção lingüística do falante carioca não-escolarizado. Isso ocorre, como constata a autora, apenas esporadicamente na fala de um outro informante (universitário de classe

média da zona do triângulo mineiro), fato que explica sua manutenção e demonstra a ação corretiva da escola através da influência padronizadora da modalidade escrita. Em contrapartida, prossegue a autora, aparece o uso do pronome lexical, que constitui tendência natural do português falado no Brasil. Esse fato, apesar da ação coercitiva da escola, é fenômeno bastante generalizado na fala de indivíduos pertencentes a diversas classes sociais e a diversas regiões do Brasil. A autora observa que, embora

contrariando a norma gramatical que a prescreve, a variável representada pela forma pronominal de caso reto *ele(s)*, *ela(s)* ocupa o lugar da forma oblíqua, nas realizações da fala de diversos informantes. A tendência analítica da língua a favorece. As relações semânticas estabelecidas no contexto e a própria posição dentro da estrutura oracional contribuem para a sua interpretação sintática, dispensando a flexão casual, característica de línguas sintéticas (OMENA, 1978, p. 126)

A respeito dessa tendência, nota ainda que, “moderadamente, sua ação vai se espalhando pela língua escrita, principalmente literária” (p. 126).

No que tange às ausências de preenchimento do pronome ou, como denomina, “cancelamento”, OMENA (1978) observa que esta é a outra forma encontrada na produção lingüística de seus informantes adultos não-escolarizados. A autora enfoca, ainda, em seu trabalho a regra de apagamento:

Dentre os fatores lingüísticos examinados e testados verificamos que realmente condicionam a aplicação da regra estudada, em ordem decrescente de probabilidade os seguintes fatores:

- SN antecedente com traço semântico [inanimado] (B);
- SN antecedente em função de objeto direto (C);
- SN antecedente não reforçado, no contexto (N);
- SN pronominal, exercendo apenas uma função sintática (O);
- Sns concorrentes ao papel de antecedente, no contexto (X).

Além desses fatores computacionalmente processados, os SNs não especificados e a presença do verbo *ter*, categórica ou quase categoricamente, também condicionam o cancelamento do pronome. Os fatores opostos privilegiam o aparecimento da forma de caso reto. (OMENA, 1978, p. 124)

Estas últimas considerações, como veremos adiante, servirão para determinar os parâmetros de escolha dos dados com os quais trabalharemos.

Com objetivos diferentes dos acima apresentados, VEADO (1982, p. 10) observa que “uma proposta de alfabetização de adultos, retratando a realidade lingüística, tem de buscar subsídios na lingüística, ou seja, em descrições lingüísticas da região a ser atingida”. A autora entende que, para tanto, é necessária a descrição e análise parcial da

gramática dos falantes não escolarizados de uma região rural específica, com base em uma amostra anteriormente estabelecida. Assim, VEADO (1982) elege como objeto de estudo e alvo de sua pesquisa de campo, realizada a partir de um sistema de entrevista não estruturada e bastante informal, o dialeto rural da micro região Sanfranciscana de Januária - composta de cinco municípios e que compreende um trecho do alto-médio São Francisco.

Procura, em seguida, na primeira parte do trabalho, principalmente, estabelecer uma descrição de comportamentos gramaticais de natureza morfo-sintática registrados na amostra com base em:

- a) ocorrência regular e sistemática de um lado,
- b) ocorrência nula ou muito baixa, de outro;

para então concentrar-se na análise específica de um desses itens gramaticais.

Já para a análise que apresenta na segunda parte do estudo, a autora busca subsídios na teoria gerativo-transformacional “standard”, segundo NOAN CHOMSKY (1965).

Dentre os aspectos gramaticais de ocorrência regular ou sistemática está a eliminação do pronome objeto. Em relação a este aspecto gramatical, a autora salienta que na amostra registrada há grande tendência nos falantes a eliminar o objeto direto pronominalizado quando co-referente. Esse comportamento linguístico, todavia, verifica-se também no português falado padrão; não é um comportamento apenas registrado na região rural. Seguem os exemplos 86, 87, 88, remunerados como (14 a, b e c), a fim de exemplificar o que foi dito acima:

- (14) a. limpa o mato e cisca Ø (ele) (inf. 14/23/49)
  - b. dá a cova no chão depois joga o milho e tampa Ø (ele) (inf. 28/44/13)
  - c. se pega a gente com a arma, aí eles toma Ø (ela) da gente (inf. 30/47/12)
- (VEADO, 1982, p. 35)

Ocorre também na amostra de VEADO (1982) grande número de estruturas nas quais os constituintes foram movidos para o início da sentença. A topicalização, envolvendo o objeto direto e o sintagma adverbial, aparece natural e freqüentemente também no português padrão falado. Os exemplos que seguem abaixo ilustram o objeto direto topicalizado:

- (15) a. carne, a gente demora cumê puquê ela cariô muito (inf. 30/48/48)
  - b. meus fio tudo, eu pus na escola (inf. 01/11/77)
- (VEADO, 1982, p. 34)

Dentre os aspectos gramaticais de ocorrência baixa ou nula, a autora entende que o “se” reflexivo aparece como uma construção problemática, não apenas quanto ao uso, mas também quanto à compreensão. Em razão disto, como veremos no exemplo 16, por vezes em seu lugar é possível encontrar-se o pronome *ele*:

- (16) Entrevistador: Quando alguém dá um tiro no ouvido e morre, como é que você diz; O homem *se matou* ?  
inf. 46: Não. É ele matô mesmo ele; ele matô *ele memo*  
(VEADO, 1982, p. 45)

Como já fizemos menção no capítulo anterior, manter os exemplos relativos ao reflexivo apenas nos interessa na medida que esclarecem que o pronome *ele* vem sendo usado, como no exemplo acima, em alguns dialetos do PB no lugar do pronome reflexivo. Esse assunto será tratado por LEMLE (1985), como veremos mais adiante.

Gostaríamos de incluir aqui o trabalho de ARAÚJO et al. (1981) que, embora não trate da questão dos dialetos, aborda os **Aspectos do sistema pronominal na linguagem infantil** a partir da observação de sete crianças residentes na cidade do Rio de Janeiro. Os informantes, cuja idade variou de 2.8 a 4.2 anos, foram acompanhados pelo período de seis meses em gravações de fala espontânea. As crianças selecionadas eram de classe média e filhas de pais com nível de instrução não inferior ao segundo grau completo.

O português, afirmam os autores, dispõe de dois meios para referência às pessoas do discurso, na função de sujeito: ou pelo acréscimo de sufixos ao verbo ou pela anteposição do pronome. Para a criança, porém, é o pronome que primeiramente se revela como elemento marcador da noção de pessoa. Assim, os pesquisadores procuraram investigar, primeiramente, o uso dos pronomes como elemento marcador da noção de pessoa. Em seguida, procuraram estender suas observações para o pronome complemento, por esperar surgirem formas retas no lugar do pronome complemento. Finalmente, procuram confrontar o sistema pronominal das crianças com o do registro informal na área do Rio de Janeiro, conforme descrito por CÂMARA (1970), tomado como referência pelos autores.

No que diz respeito aos pronomes complemento, ARAÚJO et al. (1981) observam, como se vê nos exemplos (17) a (19), que as crianças empregam nessa função as mesmas formas de sujeito, ou seja *ele/ela*. A ocorrência de pronome átono *a*,

surpreendentemente também foi observada, somente em uma das crianças, em falas referentes a heróis de filmes da televisão.

- (17) Vamos tirá-la daí num instante, tá bem, Bat-Girl?
- (18) a. Bota ele na caixinha  
 b. Eu dei uma pra ele dessa.  
 c. Eu vou falar pra ela que eu vi ela na televisão.
- (19) a. Aí o Super-Homem e a Bat-Girl ia salvá-la, né?  
 b. Não, quando cada um ficar bonzinho ele irá salvá-la.  
 (ARAUJO et al., 1981, p. 72-73)

Dentre as conclusões apresentadas, no que diz respeito ao pronome complemento para a terceira pessoa, está a de que o sistema apresenta ainda lacunas, uma vez que somente uma criança usa todas as formas disponíveis, mesmo as oblíquas átonas, embora poucas vezes, e em situações especiais, como é o caso do discurso imitando as personagens da televisão.

Procuramos apresentar até aqui trabalhos que, a nosso ver, poderiam muito bem ser incluídos na seção seguinte. Todavia, optamos por fazê-lo em separado a fim de, desta maneira, ao expormos diferentes enfoques, nos introduzirmos propriamente no assunto em questão, ou seja, o tratamento que a lingüística tem dispensado aos *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausências de preenchimento* do pronome.

Com respeito ao dialeto mineiro, LEMLE (1985) comenta a tese de MOREIRA DA SILVA (1983) e discorda quanto à aceitabilidade de alguns julgamentos feitos pelo autor. No que diz respeito às as formas reflexivas *se*, *si consigo* estarem restritas à variante dialetal que ele denomina “Língua Literária e afirma que na variante a que dá o nome de Língua Falada, teríamos, em lugar dessas formas, o elemento *ele*” (p.121). Ou seja, para o autor é possível uma interpretação reflexiva do termo *ele*. Deste modo, *ele* é entendido “como referente ao mesmo referente do sujeito da sua própria oração” LEMLE (1985, p. 122). A autora afirma que esta possibilidade se mostrou irrealizável entre seus alunos de pós graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ, inclusive ela mesma, como falante. A autora destaca que os falantes cariocas “atribuem, obrigatoriamente, a *ele*, referência distinta daquela do sujeito de sua própria oração (a menos que esteja, por sua vez, contido em um SN, o que o libera para co-referência com SN da unidade maior” (p. 122). Assim, a autora discorda apenas no que diz respeito ao dialeto carioca, pois, mais adiante, resume sua divergência ao “âmbito de leitura de *ele* com referência *presa*. No dialeto mineiro *ele* recebe interpretação *presa* no âmbito da

oração. No dialeto carioca *ele* recebe interpretação *não-presa* no âmbito da oração” (p. 122). Assim, ao contrastar o dialeto mineiro com o carioca, usando a terminologia gerativista, a autora conclui, “indo do dialeto mineiro para o carioca, que a palavra *ele* passou de *pronome* a *anáfora*” (p. 122). Ou seja, “indo de Língua Falada Carioca para Língua Falada Mineira, temos a perda do índice referencial autônomo do elemento pronominal, com sua transformação em anáfora” (p. 122-123). De qualquer maneira, a autora admite a possibilidade da ocorrência do *ele* reflexivo, no que se refere ao dialeto mineiro.

DUARTE (1986), por sua vez, trata do Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia do Português do Brasil. O trabalho analisa dados coletados em entrevistas com informantes paulistanos e na fala veiculada pela televisão, além de contar com dados da língua escrita. Os resultados atestam o quase desaparecimento do clítico acusativo na língua falada e sua substituição, cada vez mais frequente, pela categoria vazia, fato que também ocorre na língua escrita. Para a autora, este é um dos fatores que distinguem e distanciam cada vez mais o PB das outras línguas românicas.

No que se refere ao estudo sociolinguístico, a trabalho constata que,

de todas as formas variantes de realização do objeto direto anafórico, a menos utilizada no *corpus* analisado é o clítico acusativo (4,9%), seguindo o uso do pronome lexical (15,4%), os SNs lexicais plenos e o pronome demonstrativo “isso” (17,1%), e, finalmente, o uso de uma categoria vazia (62,6%). Os condicionamentos lingüísticos levantados mostram que o uso do pronome lexical é altamente favorecido pela estrutura complexa da frase em que ocorre e pelo traço [+ animado] do antecedente, enquanto o uso da categoria vazia privilegia de forma extremamente significativa o traço [-animado], independentemente da estrutura sintática em que ocorra. Quanto ao clítico, pode-se dizer que ele ainda resiste em estruturas simples (SVO) em que ocorra um tempo simples, que não o imperativo, ou, de preferência, um infinitivo. (DUARTE, 1986, p. 68)

Quanto aos fatores sociais, escolaridade e faixa etária, a autora afirma que estes não revelam grande diferença na fala em situação natural, exceto pelo fato de os falantes com nível de escolaridade mais alta e pertencentes à faixa etária mais alta preferirem os SNs lexicais ao pronome lexical, e usarem os pronomes lexicais, mais comumente, em construções mais complexas, em que seu condicionamento é mais forte. “Todavia, os índices mais altos de uso do pronome lexical ficam com o grupo de jovens e o grupo de informantes mais velhos com nível de escolaridade mais baixo, que não usam o clítico” (p. 68).



Quanto ao nível de informalidade, os fatores escolaridade e faixa etária crescem em importância, pois, em situações mais formais, houve sensível aumento do uso do clítico e de SNs lexicais e uma diminuição no uso do pronome lexical e da categoria vazia por parte dos informantes do 3.<sup>o</sup> grau e dos informantes com 2.<sup>o</sup> grau pertencentes à faixa etária mais alta.

De modo geral, pondera a autora, o clítico é considerado pelos informantes como uma forma pedante para a fala e mais adequada para a língua escrita.

TARALLO e DUARTE (1988), ao discorrerem sobre a saliência e não-saliência de variantes nos processos de mudança linguística “em curso”, pautando-se na análise de diversos trabalhos sobre variação, observam que há sensível preferência pelo uso do pronome lexical *ele* e de uma categoria vazia, em detrimento do uso do clítico acusativo:

Um levantamento dos contextos lingüísticos que estariam atuando na escolha e uso de cada uma dessas formas variantes aponta a relevância da forma verbal e da estrutura sintática da oração além do traço ( $\pm$  animado) do antecedente do objeto. O uso do clítico acusativo fica restrito a formas verbais simples do indicativo, a estruturas S(ujeito) V(erbo) O(bjeto) e ao traço (+ animado) do objeto. O pronome lexical é favorecido por estruturas sintáticas complexas, com predicativo e objeto sentencial, associadas ao traço (+ animado) do objeto enquanto o traço (- animado) condiciona fortemente o uso da categoria vazia,...( p. 50).

Os autores ressaltam que, ao considerarem os condicionamentos sociais, *faixa etária* e *escolaridade*, a categoria vazia mostrou ser a estratégia preferida, tanto para substituir o uso do pronome lexical, quanto o clítico. O uso do pronome lexical *ele*

em função acusativa é fatalisticamente condenado pela comunidade em estruturas simples do tipo S(sujeito) - V(verbo) - O(objeto); essa mesma comunidade, no entanto, tolera, por sua vez, essa mesma variante em configurações sintáticas mais complexas. É como se o pronome lexical *ele* não se constituísse em uma só variante, isto é: que a variável fosse, na realidade, a configuração sintática em si mesma, simples vs. complexa. Assim, a pressão exercida pela tolerância de *ele* nas estruturas complexas sobre a variação encontrada nas estruturas simples poderia justificar por que, apesar de estigmatizado o pronome lexical apresenta, na fala espontânea dos informantes, frequência mais alta do que o clítico, somente perdendo em uso para a categoria vazia. (p. 55).

Seguindo a linha gerativista, CYRINO (1990b, *apud* CYRINO, 1993), ao estudar o *objeto nulo* e os *clíticos* no PB, sob um ponto de vista diacrônico, encaminha sua análise a partir do PE. A autora faz um levantamento das ocorrências em textos teatrais de diversas épocas, tratando dados do português em autores brasileiros, especialmente comédias. Todavia, quando isso não foi possível, a autora se valeu de textos de autores

considerados populares, cujas obras “espelhassem” a linguagem popular da época, iniciando a análise a partir de textos do século XVIII, perpassando os diversos períodos, para chegar até a segunda metade do século XX.

No que diz respeito à “queda dos clíticos”, a autora ressalva que esse fenômeno foi primeiramente apontado por TARALLO (1983, *apud* CYRINO, 1993). A autora observa que, em seu estudo CYRINO (1990b, *apud* CYRINO, 1993, p. 174), “além do clítico de 3.<sup>a</sup> pessoa ter sido o primeiro a cair, é especificamente o clítico *o* proposicional o primeiro a ser atingido pela mudança. Esse fato, então, leva-me a hipóteses sobre a origem do objeto nulo a partir da queda desse clítico”. A autora observa ainda, que o preenchimento da posição do clítico pelo pronome tônico também ocorre a partir do século XIX. Conclui, por fim, observando que seus estudos “parecem mostrar que a queda do clítico em PB estaria relacionada com a ocorrência do objeto nulo” (p. 175).

A autora observa que o objeto nulo funciona como uma categoria vazia, que teria sofrido gradativas mudanças em função da modificação da ordem dos termos na oração (comparando-se o português antigo e o moderno), tornando-se assim mais livre a posição do clítico e admitindo maior ocorrência de frases aceitáveis. Conclui, mostrando que a ocorrência do objeto nulo cresceu significativamente. Isto se deu como resultado da perda, por parte da língua, dos clíticos de 3.<sup>a</sup> pessoa *o, a*. A autora aponta, ainda, a mudança na posição dos *clíticos* como um dos fatos que certamente colaborou para a sua queda paulatina.

GALVES (1993), ao tratar do enfraquecimento da concordância no PB, propõe que há uma reorganização lexical no sistema de pronomes do PB, a saber, “a oposição clítico / não clítico cede o lugar para a oposição *morfologicamente marcado com caso (me/te/se/lhe) não morfologicamente marcado com caso (eu/ele/você)*. Os pronomes da segunda categoria podem então aparecer em qualquer posição, inclusive na posição de objeto. Explicamos, assim, como é legitimado, nesse sistema, o pronome tônico em posição de objeto” (p. 402).

NUNES (1993), contrastando estudos variacionistas e gerativistas, apresenta um estudo diacrônico a respeito da direção da clitização, objeto nulo e o pronome tônico *ele/ela* na posição de objeto no PB. NUNES (1993, p. 207) cita trabalhos filiados às duas correntes da lingüística acima mencionadas. Do lado da Teoria da Variação, entre outros, OMENA (1978), TARALLO (1983) e DUARTE (1986); pelo lado gerativista

GALVES (1989), CYRINO (1990) e KATO (1991), entre outros. Segundo o autor, esses trabalhos têm defendido que

o português brasileiro está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa. Esse processo deu origem a uma extensão dos contextos em que o objeto nulo é aceito em português brasileiro quando comparado ao português europeu, (cf. Raposo, 1986), bem como ao aparecimento de pronomes tônicos na posição de objeto direto, construção agramatical em português europeu.

Além disso, o autor afirma que os estudos variacionistas acima referenciados têm evidenciado que “os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo (no sentido de LABOV, 1972) do português brasileiro. Ao contrário, o uso dessas formas está associado ao aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e identificado com a língua escrita e estilo formal” (p. 207). Seu texto se detém, ainda, na origem dos clíticos, mostra sua evolução do latim, passando pelo português antigo e através do PE e no PB, e traz como conclusão final o fato de que a cliticização na 3.<sup>a</sup> pessoa se vê ameaçada de extinção.

Reitera que a manutenção dos *clíticos* de 3.<sup>a</sup> pessoa no PB atual se deve à ação normativa da escola. Explica, mais adiante, que o fenômeno se dá no PB ao longo do processo de aquisição da linguagem, pois o pouco uso dos *clíticos* de 3.<sup>a</sup> pessoa feito por uma geração tem como efeito sua aquisição em igual ou menor grau pela geração seguinte. Assim, o fato de tornarem-se obsoletas as formas antigas de construções com *clíticos* certamente, conclui o autor, abriu espaço para o uso cada vez mais freqüente do objeto nulo e do pronome tônico na posição de objeto.

PAGOTTO (1993, p. 186), citando trabalhos de GALVES (1990) e SILVA (1990), explora o processo de mudança na posição dos *clíticos* pronominais no PB, procurando relacioná-lo ao próprio desaparecimento dos *clíticos* na gramática do PB. O autor ressalta que a posição ocupada pelos clíticos no nível superficial da sentença, constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o PE.

Mais adiante, ao tratar do desaparecimento dos clíticos no sistema gramatical do PB, o autor pondera que:

se algum clítico saiu do sistema do PB atual, este foi o clítico acusativo de 3.<sup>a</sup> pessoa. Este é, por outro lado, o clítico que mais traços de concordância apresenta. Mais ainda, os clíticos que restaram mais fortemente no sistema são neutros em relação à concordância: *lhe*, *me*, *te*, se se deseja trabalhar com hipótese de sobrevivência de tais

elementos no PB. É plausível supor então que as mudanças havidas colocaram a sobrevivência dos clíticos em jogo. Aqueles que não se adaptaram... morreram. Mas os que se adaptaram teriam vida longa? (PAGOTTO, 1993, p. 201)

Assim, o autor procura desenvolver seu estudo no sentido de levantar hipóteses que permitam “aventar explicações possíveis para o próprio desaparecimento dos *clíticos* em PB atual, sendo possível articulá-las a algumas restrições à distribuição dos *clíticos*” (p.203).

MENON (1994), ao tratar do sistema pronominal do PB, referindo-se aos clíticos, especificamente *o, a*, salienta que já é senso comum o uso de *ele/ela* no lugar do pronome objeto e que tal fenômeno não é privilégio da “língua popular e descuidada das classes populares”, mas que tem sido observado em pessoas de classe social e escolaridade mais elevadas.

Com relação à postura a ser adotada frente ao pronome objeto, a autora sugere, que, primeiro, em exemplos como “deixe ele falar”, devemos considerar o pronome *ele* como sujeito de *falar*, uma vez que o objeto do verbo *deixar* é preenchido por *ele falar*, pois seu sentido seria complementado não só pelo pronome, mas por tudo que o acompanha; segundo, que o *ele* “poderia ser considerado como complemento direto de *deixe* e o sujeito de *falar* estaria oculto, ou nulo, ou vazio, ou apagado, pois a língua não aceita, ao que parece, a repetição de casos como esse (Deixe *ele ele* falar).” (MENON, 1994, p. 9).

## 2.3 OS CLÍTICOS E PRONOMES LEXICAIS OBJETO INDIRETO

O tema tem sido bem pouco estudado. Por isso, além de algumas referências feitas por alguns autores que consultamos, há um pequeno número de trabalhos que gostaríamos de incluir aqui.

Primeiramente, AMARAL (1920) ao tratar do *lhe*, nos apresenta exemplos a respeito de, primeiro, como a forma de fato ocorre, relacionando-a à 2.<sup>a</sup> pessoa, e, segundo, da preferência pela substituição na 3.<sup>a</sup> pessoa do pronome *lhe* por *para ele* *para ela*:

De *lhe* só usam os caipiras referido à pessoa com quem se fala. Assim, dizem êles, dirigindo-se a alguém: *Eu já le falei, fulano me afiançou que le escrevia*, i.e., “eu já *lhe* falei” (ao senhor, a você), “fulano me assegurou que *lhe* escrevia” (a você, ao senhor).

Pode dizer-se, pois, que o pronome *lhe*, conservando a sua função de pronome de “terceira” pessoa *gramatical*, só se refere, de facto, à “segunda” pessoa *real*. Aludindo a um terceiro indivíduo, o caipira dirá: *Eu já decrarei p’ra êle, fulano me garantiu que escreveu p’ra êle* (AMARAL, 1920, p. 59).

ABREU E MERCER ( 1988 ), ao realizarem pesquisa sobre o uso das formas de tratamento em Curitiba, mencionam o *lhe* como uma das possíveis combinações ocorridas na escolha dos pronomes de tratamento usado para a 2.<sup>a</sup> pessoa. O fato de o pronome *lhe* estar sendo usado também como uma forma de 2.<sup>a</sup> pessoa corrobora as indicações já feitas por outros autores, de que o *lhe* estaria ocorrendo cada vez mais raramente na 3a. pessoa, pois a língua certamente evitaria as formas ambíguas.

GUINDASTE (1993, p. 9) estuda o complemento verbal preposicionado, especificamente o objeto indireto, no inquérito n.º 360 do “Projeto NURC”, Norma Urbana Lingüística Culta do Brasil. No que toca ao *lhe*, “a introdução do objeto indireto com preposição apareceu também como tendência marcante, enquanto nenhuma ocorrência de ‘lhe’ foi realizada no corpus que analisamos”, observa a autora.

Ao referir-se ao pronome indireto *lhe*, MENON (1994) afirma que este passou por um processo de regularização de formas e que assumiu dupla função no PB, à semelhança do que já ocorre, na língua, com os pronomes *me*, *te*, que funcionam tanto como OD quanto como OI. Passou assim também a referir-se, além da 3.<sup>a</sup> pessoa, à 2.<sup>a</sup> pessoa, acompanhando o pronome *você* ao longo de seu processo de pronominalização.

BERLINCK (1996a), ao estudar o dativo no português, observa que aquilo que nomeamos por objeto indireto, seguindo a tradição francesa, recebe certamente um rótulo enganoso, pois o termo *indireto* implica uma relação menos direta entre o verbo e o complemento, tanto semanticamente, quanto sintaticamente. Acrescenta, ainda, que muitos gramáticos têm defendido que a presença da preposição seria uma das marcas do *objeto indireto* no português. Todavia, os mesmos gramáticos afirmam que o *objeto direto* pode ser introduzido por uma preposição quando ele é animado, bem como sob outras circunstâncias.

TARALLO (1983,1985, *apud* BERLINCK, 1996a) nos mostra que, além do objeto direto, a mudança atinge todo o sistema pronominal e já é observada a partir do fim século XIX, com ênfase, principalmente, para o fato de que a diminuição no uso dos *clíticos* se diferencia segundo as categorias sintáticas, atingindo mais acentuadamente

quando em função de *objeto direto* e *pronome oblíquo*, e com, menor intensidade, pode também ser observado quando se trata de *objeto indireto* ou de *genitivo*.

Todavia, como bem observa BERLINCK (1996a), o *clítico* dativo não tem recebido um tratamento específico nos estudos que tratam do apagamento dos *clíticos*, aparecendo apenas em trabalhos que tratam do apagamento do pronome objeto (PEREIRA, 1981, PAGOTTO, 1993, *apud* BERLINCK, 1996a), e é a própria autora quem se encarrega de produzir alguns trabalhos, buscando focar essa questão. Tratando assim, num primeiro momento, de apresentar uma tipologia dos contextos em que o *objeto indireto* (dativo) pode ocorrer, enfatizando as principais diferenças entre o PB e o PE, salientando que “is possible to unify all these various complements under the common dative label, on the basis of similar morpho-syntactic behavior.” BERLINCK (1996a, p. 148).

Posteriormente, a autora nos apresenta uma pesquisa preliminar. BERLINCK (1996b) trata da expressão do objeto indireto no PB considerando 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas gramaticais em função do pronome *clítico* e da preposição mais pronome tônico. Conclui, no que diz respeito à 3.<sup>a</sup> pessoa, que, como se observa no OD, há rejeição ao pronome *clítico*. Todavia, quando se trata de sintagma preposicionado com valor anafórico, este se constitui na alternativa preferida dos OIs de 3.<sup>a</sup> pessoa, não sendo muito freqüente com a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas. A autora não considera os casos de não-lexicalização do OI.

A partir de amostra composta de 836 dados colhidos na fala informal de universitários em Curitiba, (BERLINCK, 1996b) analisa a expressão do objeto indireto lexicalmente realizado, considerando, para isso, 333 dados que representam 40% da amostra.

A autora considera em seus dados 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas, distinguindo, num primeiro momento, os casos em que os complementos são *anafóricos* e, num segundo momento, os *não anafóricos* ou *referenciais*.

No que diz respeito ao OI anafórico, a autora procura determinar se a escolha entre o pronome clítico e sintagma preposicionado (preposição + pronome tônico) está associada ou não a algum fator de ordem morfológica, sintática ou semântica. Como resultado geral aparece a indicação de preferência pelo uso do pronome clítico, que corresponde a 58% das ocorrências (131 casos em 226). Todavia, quando os dados são

considerados segundo a pessoa gramatical, é constatada uma nítida oposição entre a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, de um lado, e a 3.<sup>a</sup> pessoa, de outro, ou seja, se para 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas há destacada preferência pelo uso dos clíticos – 83% para 1.<sup>a</sup> pessoa (90 casos em 108) e 78% para a 2.<sup>a</sup> pessoa (40 casos em 51) –, no que se refere ao uso de *clítico* para a 3.<sup>a</sup> pessoa, a ocorrência do pronome clítico é de 3% (1 caso em 67), predominando o uso de preposição + pronome tônico (SP) nas ocorrências de 3.<sup>a</sup> pessoa, o que leva BERLINCK (1996b, p. 2) a afirmar que,

se há uma tendência ao desaparecimento do clítico dativo, esse processo parece afetar essencialmente a referência de 3.<sup>a</sup> pessoa. A perda do clítico dativo de 3.<sup>a</sup> pessoa espelha o que já se comprovou para a expressão do objeto direto com referência à 3.<sup>a</sup> pessoa. Ressalte-se que, no que diz respeito às 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas, a utilização do SP anafórico como expressão do OI parece ser uma opção mais “autorizada” que a utilização do pronome tônico como expressão de OD.

A autora chama a atenção para a importância de se levar em conta a pessoa gramatical ao se analisar a expressão do complemento, pois esta é confirmada quando se considera um traço semântico normalmente associado à função de objeto indireto, como é o caso do traço [+ animado]. Assim, ao avaliar a correlação entre a forma do OI anafórico e a animacidade do referente do complemento, constata-se, de um lado, uma associação preferencial entre traço [+ animado] e pronomes clíticos com 61% das ocorrências (131 casos em 215), sendo que no que se refere às ocorrências de pronomes clíticos associados ao traço [- animado] o resultado foi nulo (nenhum caso em 11 ocorrências); por outro lado, constata-se uma associação entre o traço [- animado] e SP em 100% das ocorrências (11 casos em 11).

Para a autora, os resultados confirmam ser o traço [+ animado] o mais característico de OI, todavia, mostram ainda, que entidades do tipo [- animado] também podem ser expressas pelo OI. Ainda sobre as 11 ocorrências de OI com traço [- animado], faz a seguinte ressalva:

O fato de todos os casos de OI [- animado] se realizarem como um SP, no entanto, só pode ser interpretado se considerarmos os fatores *animacidade* e *expressão* segundo as distinções de pessoa gramatical. Na verdade, a distinção [ $\pm$ animado] só é pertinente para a 3.<sup>a</sup> pessoa; as pessoas do discurso são sempre [+ animado]. (BERLINCK, 1996b, p. 3).

Quanto aos complementos não anafóricos, a autora destaca que, entre os SPs a preposição PARA predomina, pois dos 202 casos analisados, 90% (182 ocorrências de [PARA + SN]. As outras ocorrências de preposições, os 10% restantes, distribuem-se em A com 15 casos que correspondem a 75%, DE e EM com 3%, com 2 e 3 casos, respectivamente. Há portanto predominância do uso da preposição PARA, em contraste com o reduzido uso da preposição A, que a seu ver, “deve ser entendido num processo mais amplo de redução do uso para preposição A, que inclui outros contextos, como os dos verbos de movimento”.

Como conclusão, a autora acrescenta que seu trabalho deve buscar ainda novas fontes de dados e incluir, necessariamente, a análise dos casos de não-lexicalização do OI – as chamadas *categorias vazias*.

Em estudo posterior, BERLINCK (1997) trata novamente dos OI, incluindo no estudo as categorias vazias, bem como considera o seu papel temático, o tempo verbal e seus valores aspectuais.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUSÊNCIAS DE PREENCHIMENTO

Apesar de já termos feito menção ao tema anteriormente, em OMENA (1978), DUARTE (1986), CYRINO (1993), acrescentaremos a seguir algumas outras considerações que a questão tem merecido por parte de outros autores.

A gramática tradicional tem tratado da ausência de preenchimento de termos em nível sintático e morfossintático através das *figuras de sintaxe*, que constituem, aliás, fato bastante comum e apreciado pelos clássicos da nossa língua. Embora as figuras de sintaxe nos sejam apresentadas como receita do bem-escrever, os chamados *desvios intencionais* podem ser vistos de outro modo, conforme o enfoque que os autores queiram dar:

Les figures de construction sont une anomalie, ou une irrégularité des parties du discours, laquelle se produit sous l'effet d'un manque, d'une exagération, d'une discordance ou d'une inversion de l'ordre. L'absence ou le manque donnent l'ellipse et le zeugma; l'exagération, le pléonasme; l'enallage ou discordance, la syllepse; le bouleversement d'un ordre, l'hyperbate. Il y a donc quatre figures; en effet l'antiptosis, la prolepse, la synthèse, l'apposition, l'évocation, la synecdoque et les autres sont des monstres mis au monde par les grammairiens (154 v<sup>o</sup>). (SANCTIUS, 1982, p. 275)



Em nota feita ao texto acima, a tradutora da *Minerve* (CLERICO, 1982) comenta que LANCELOT, em sua *Nouvelle méthode pour apprendre (...) la langue latine* (Paris, 1656 [1644], p.532), retoma textualmente o que dizem Linacre e Sanctius, afirmando que só se denomina com a palavra *figura* a falta ou omissão de qualquer parte no discurso, e que essa *figura* se chama geralmente *ellipse*.

Seguindo a mesma linha, SOARES BARBOSA (1871) observa que, para uma frase ser “cheia ou inteira, deve ter um sujeito, um verbo e um attributo, ou separado ou incluído no mesmo verbo...” (p. 283). O autor, embora não trate as ausências como anomalias, ressalta que as “syntaxes ellipticas são irregulares” (p. 286) e que o uso e a razão as reduzem a regras de regência regular.

Todas as vezes pois, que falta qualquer d'estas partes na oração, ha **ellipse** ou *falta*, a qual é uma figura pela qual se calla alguma palavra ou palavras necessarias para a integridade grammatical da frase, mas não para sua intelligencia. Digo *não necessaria para sua intelligencia*, porque toda *ellipse* que não é viciosa, anda sempre juncta com os supplementos que a *razão* ou o *uso* subministram ao *espirito* de quem ouve ou lê, para complementar o sentido, e d'aqui *duas* sortes de *ellipses*, umas que tem por fundamento a *razão*, e outras o *uso*. (p. 283)

CUNHA (1985, p. 575), por sua vez, nos apresenta a *ellipse* dentre as figuras de sintaxe que nos permitem omitir, espontânea ou voluntariamente um termo que o “contexto ou a situação permitem facilmente suprir...”. O autor salienta ainda que “em gramática, a elipse de um termo deve ser invocada apenas quando manifesta” e que, assim mesmo, seu uso deve se dar com extrema prudência. Como processo estilístico deve ser usada como “recurso condensador” da expressão e empregada naqueles enunciados que se caracterizam pela concisão e rapidez.

Na lingüística moderna, por sua vez, encontramos um outro conceito que nos interessa. SAUSSURE (1991, p. 102), ao tratar da dualidade interna da língua, observa que “a língua pode contentar-se com a oposição de alguma coisa com nada”, que ele denomina *signo zero*. Deste modo, o nominativo, por exemplo, distingue-se em muitas línguas dos outros casos não por um morfema especial, mas pela *ausência de um morfema*, enquanto os outros casos são *marcados* pela presença de uma desinência especial acrescentada ao radical da palavra.

Em BLOOMFIELD (1961), ao tratar da morfologia, atribuindo aos hindus a invenção do elemento *zero*, encontramos a seguinte observação:

Sometimes a grammatical feature, such as a phonetic modification, appears to express a meaning which is usually expressed by a linguistic form, as in *man* : *men*, where modification of the vowel takes the place of the plural-suffix. In other cases there is not even a grammatical feature: a single phonetic form, in the manner of homonymy, represents two meanings which are usually distinguished by means of a linguistic form, as, singular and plural noun in *the sheep (grazes)* : *the sheep (graze)*. Here the hindus hit upon the apparently artificial but in practice eminently serviceable device of speaking of a *zero element* : in *sheep* : *sheep* the plural-suffix is replaced by *zero* – that is, by nothing at all. (p. 209)

ROBINS (1967) atribui a Pānini (gramático hindu que viveu em aproximadamente 600 ou 300 a.C.) a invenção do grau *zero* na descrição lingüística:

Pānini is also to be credited with the device of *zero* in linguistic description, by which part of an apparently irregular set of morphological forms can, by positing an analytic entity without actual exponents as an element of their structure, be brought into line with the regular forms. (p. 378).

Os dicionários de lingüística consultados (DUBOIS 1973; JOTA 1976; CÂMARA Jr 1977), por sua vez, não fazem menção à origem do conceito, limitam-se apenas em descrevê-lo.

Segundo HOLENSTEIN (1978), foi Trubetzkoy quem introduziu o par *marcado/não marcado*:

Os dois membros de uma oposição correlativa <por exemplo: sonorizado/ não-sonorizado> não são equivalentes: um dos dois possui o traço em questão (ou o possui na sua forma positiva), enquanto o outro não o possui (ou o possui na sua forma negativa). Ao primeiro chamamos marcado; ao segundo, não marcado. (Trubetzkoy 1931, *apud* HOLENSTEIN, 1978, p. 135).

Teria sido Jakobson, no entanto, quem teria aplicado este par de termos da fonologia à morfologia. Assim, a natureza complexa dos termos não-marcados, que se exprime ao nível fonológico pelo fenômeno de neutralização, se apresentaria de modo muito mais evidente em morfologia e em sintaxe.

Antes de prosseguirmos, é necessário mencionar um trabalho em que pela primeira vez, salvo melhor juízo, um lingüista dedica atenção ao tema, no que se refere aos interesses do estudo que desenvolvemos: Para WILLIAMS (1938), a ocorrência de orações afirmativas do português pode se dar pela repetição do verbo já apresentado na oração interrogativa; assim, no exemplo *Leu o jornal desta manhã? li*.

Todavia,

what distinguishes the portuguese construction from that of other Romance languages is not the repetition of the verb, but the omission of a pronoun object to replace the noun-object of the question of of the preceding statement (p. 205).

Uma das razões para o fato seria, segundo o autor, a contração do pronome *o* com as terminações verbais *-o* e *-u* e do pronome *a* com as terminação verbal *-a*, de ocorrência mais comum nos casos de pronomes enclíticos. Tais ocorrências seriam comuns no português arcaico, como no exemplo *e o cide Rui Diaz venceo elrei ... e prendeo* (em J.J. Nunes 1932, citado por WILLIAMS 1938). Neste caso particular *prendeo* aparece no lugar de *prendeo-o*. O autor acrescenta que

While in the end these contractions were successfully resisted in the literary language, my theory is that their influence in the colloquial language was such that the pronoun came to be omitted even in combinations where contraction could not take place, for example, between the pronoun *o* and the ending *-a*, and in the plural also. (p.205)

O autor, portanto, já aponta para a questão da omissão do pronome objeto de um modo bastante “próximo” daquele que é dado à questão em trabalhos recentes.

Vimos até aqui diferentes conceitos. Por um lado, na gramática tradicional que se ocupou dos vazios do discurso através das figuras de construção. Por outro lado, seguindo a trilha que atribuiu aos hindus o grau *zero* na descrição lingüística, passando pela lingüística moderna com seu conceito de signo *zero*, que os estruturalistas pós-saussurianos trataram na oposição *marcado/não-marcado*, primeiro em nível fonológico, depois morfológico, cunhando a expressão *morfema zero*. Assim, julgamos necessário, como nosso próximo passo, buscar novos subsídios em outra corrente da lingüística. Esta, portanto, é a justificativa para ter-se procurado explicação no conceito de *categorias vazias (CV)* da Gramática Gerativa num trabalho de orientação sociolingüística.

A gramática gerativa também permite tratar do elemento *zero* na sentença através das denominadas *categorias vazias*. Assim, “o símbolo CV (de categoria vazia) é usado para indicar que a posição fica totalmente sem preenchimento... ou para referência a qualquer uma das categorias vazias *-PRO, pro, v* e *var*.” (LOBATO 1986, p. 317).

Fazendo uso dos traços de pessoa, gênero, número e caso, teríamos a seguinte descrição para as categorias vazias ou lacunas que apresentam antecedente:

*var* (=variável) : tem traços de Caso, mas não de pessoa, gênero e número; tem os traços [-pronominal, -anafórico]; tem referência determinada por seu antecedente ou pelas

propriedades do constituinte QU deslocado ou do indefinido deslocado (i.e., pelas propriedades do quantificador lógico - o operador - envolvido);

*pro* : tem traços de Caso e de pessoa, gênero e número; tem os traços [+pronominal, -anafórico]; é referencial (p. ex.: “pro chegamos”) ou pleonástico (p. ex.: o it e o there do inglês e o pro português sujeito de verbos como chover);

*v* (=vestígio de SN) : não tem traços de pessoa, gênero, número, nem Caso; tem os traços [-pronominal, +anafórico]; não tem referência independente;

*PRO* : tem traços de pessoa, gênero e número (a questão de ter ou não Caso está em aberto, cf. Chomsky 1982, N.40); tem os traços [+ pronominal, + anafórico]; falta-lhe referência independente.

(LOBATO, 1986, p. 477-478)

Procuramos, assim, apresentar os conceitos básicos que estão envolvidos com as CV. Não procuramos identificar e exemplificar as CV em termos de *PRO*, *pro*, *v* e *var*, uma vez que não vamos ancorar nosso trabalho na teoria gerativista.

Antes que passemos para o item seguinte, não é demais lembrar que nosso trabalho procurará se manter dentro da análise sociolingüística, evidentemente, valendo-se das ferramentas disponíveis em outras correntes lingüísticas, desde que auxiliem, de algum modo, a compreensão dos fenômenos. Outro dado que colabora para que não nos embrenhemos nos conceitos e definições gerativistas é o fato de o *corpus* com que trabalhamos exigir que busquemos nossos referentes além da sentença, o que certamente não seria permitido num estudo que se limitasse à teoria gerativa.

OMENA (1978) apresenta-nos duas observações importantes sobre o tema: uma delas, a de SILVA RAMOS, publicada em livro de SOUZA DA SILVEIRA (1921), especificamente sobre o cancelamento do objeto direto pronominal, na qual o autor condena como desleixada tal maneira de expressar. Como contraponto à posição conservadora, OMENA (1978, p. 14) apresenta a de BECHARA (1973), para quem : “estando perfeitamente conhecido pela situação lingüística, pode-se calar o pronome complemento do verbo; esta linguagem é correta, apesar da censura que lhe fazem os gramáticos de outrora”. Ainda sobre o tema, agora porém num outro recorte, GUIMARÃES (1990, p. 387), ao tratar da elipse no que se refere ao processo de organização do texto, faz a seguinte observação, que nos interessa para este trabalho.

Em geral, só se verificam as formas elípticas quando o elemento elidido é perfeitamente identificável, ou seja, quando se torna possível a recuperação, pelo contexto, de elementos discursivos. Pensa-se aqui na elipse recuperável extratextualmente, ou seja, remetendo não a um outro enunciado, mas a um elemento do contexto situacional caso em que sua propriedade funcional específica está em que a relação criada é necessária e constante.

Mais adiante, a autora faz a seguinte afirmação: “a dependência do contexto textual e do contexto situacional é propriedade funcional invariante da elipse. Não se tem que analisar uma elipse para aí ler uma dependência; sua existência mesmo é a marca dessa dependência” (p.387).

Ao procurarmos diferentes respostas para a questão do uso dos *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausência de preenchimento*, tínhamos em mente esclarecer, afinal, qual era o nosso objeto de estudo, para onde deveríamos olhar enquanto trabalhávamos com os dados. A esse respeito, trataremos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 3

### COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DADOS

#### 3.1 A COMPOSIÇÃO DO *CORPUS*

Para se realizar um estudo que abrange os usos dos pronomes na língua oral seria necessária a constituição de um *corpus* que fornecesse os dados necessários. Existe, já constituído, um banco de dados, o do projeto "VARISUL", "VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA URBANA NA REGIÃO SUL DO BRASIL, implementado entre 1990 e 1993, em conjunto, pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e, além dessas três universidades, participa do projeto a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, que passou a integrá-lo em 1993, quando a coleta de dados já estava concluída.

O principal objetivo do projeto VARISUL é armazenar e colocar à disposição dos pesquisadores interessados amostras de realizações da fala de habitantes enraizados em áreas urbanas sócio-culturalmente representativas de cada um dos três estados da Região Sul do Brasil. Os dados foram recolhidos nas capitais dos três estados e em mais três cidades de cada um dos três estados, segundo a ocupação do território por diferentes etnias.

A análise dos dados utilizados no presente trabalho se deu a partir das entrevistas realizadas entre 1990 e 1993, constantes no banco de dados do projeto VARISUL, envolvendo as três capitais da região Sul do Brasil. De cada capital foi utilizada a totalidade das entrevistas, ou seja, 24 gravações, transcritas segundo a metodologia do projeto, conforme consta no **Manual do Usuário**. Os informantes, selecionados segundo os critérios previstos pelos estudos variacionistas, se distribuem por sexo, duas faixas etárias (25-50 anos: A; mais de 50 anos: B) e três níveis de escolaridade (primário, ginásio e segundo grau).

### 3.1.1 A constituição do *corpus*: experiência preliminar

Inicialmente, foi feito o levantamento de todas as ocorrências de: *lhe(s)*, *o(s)*, *a(s)*, *lo(s)*, *la(s)*, *no(s)*, *na(s)*, *ele(s)*, *ela(s)*, *para ele(s)*, *para ela(s)* e das ausências de preenchimento ( $\emptyset$  / zero) na posição objeto da cidade de Florianópolis. Uma primeira triagem foi feita utilizando-se o programa de localização de formas, dito Editor. Nesse momento já pudemos constatar não haver ocorrências de *no(s)*, *na(s)*, o mesmo se dando nas duas outras cidades. No entanto, como a codificação das entrevistas não previa marcação para os  $\emptyset$ , houve necessidade de uma verificação manual (sem a ajuda do computador) entrevista por entrevista para que pudesse ser feita a seleção dos dados a serem considerados.

Assim, a análise dos dados relativos à cidade de Florianópolis serviu, num primeiro momento, para que se estabelecessem os critérios a serem considerados para as outras cidades alvo da pesquisa; bem como possibilitou que surgissem situações problema, para as quais apresentar uma resposta significaria, antes de mais nada, estabelecer os limites dentro dos quais o trabalho poderia ser realizado e refletir, principalmente, sobre os recortes metodológicos e teóricos a serem empregados. Tais considerações podem ser encontradas na seção destinada à metodologia empregada.

Uma vez levantados os dados de Florianópolis, detectados os problemas, estabelecemos os critérios de codificação, que estão apresentados no final deste capítulo. Em seguida se procedeu a uma análise dos dados, a fim de se estabelecer um perfil prévio da análise que seria desenvolvida posteriormente para as cidades de Curitiba e de Porto Alegre. Os comentários referentes aos dados de Florianópolis são apresentados na análise dos dados.

## 3.2 A SELEÇÃO DOS DADOS

As primeiras leituras das entrevistas da cidade de Florianópolis serviram para determinar os dados a serem considerados e os critérios de codificação, como apresentaremos e exemplificaremos a seguir.

### 3.2.1 O levantamento das *ausências de preenchimento*

Antes que pudéssemos definir critérios para a seleção ou para a exclusão dos dados, surgiu uma outra questão que diz respeito não somente aos *clíticos*: à possibilidade de nos utilizarmos do pronome *o, a* e também da ausência de preenchimento do pronome (doravante  $\emptyset$  / *zero*) para fazer referência não só a nomes e pronomes anteriormente enunciados no contexto, mas também a Sns<sup>7</sup>, orações ou contextos imediatamente anteriores.

Assim, durante o levantamento dos dados, no processo de codificação, surgiram alguns problemas relacionados à identificação do referente, principalmente no tocante ao *zero*, a respeito dos quais procuramos discutir em FAGUNDES (1996). Retomaremos, assim, alguns desses apontamentos, a fim de esclarecer qual foi a postura que adotamos frente aos dados.

O primeiro caso se encontra na entrevista número 14 de Florianópolis. A profissão do entrevistado, *carteiro*, é previamente conhecida do entrevistador. O informante, por sua vez, ao descrever as atividades que realiza diariamente, sabe que o entrevistador conhece os objetos com os quais ele, *carteiro*, trabalha. Deste modo, temos os seguintes exemplos de descrição da rotina de trabalho:

- (20) *Ãh, hã. [É, eu]- É um serviço, assim, não é difícil, né [ele]- ele leva mais tempo dentro do Correio, preparando  $\emptyset$ , ordenando  $\emptyset$ , do que na entrega. (14 FLP M B GIN SLIN: 029)*

No exemplo acima, ao levantarmos a referência do primeiro *zero* (*preparando  $\emptyset$* ), não chegamos necessariamente a *um serviço*, que pode corresponder, de modo bastante genérico, à profissão, ao trabalho, à atividade que o falante exerce. A ocorrência do pronome *ele*, que se refere a *serviço*, não nos ajuda muito, uma vez que, ao tentarmos preencher o *zero*, podemos nos valer de outras referências possíveis: o *zero* que segue *preparando* permite uma infinidade de preenchimentos (*o serviço, as correspondências, as cartas, os malotes, o bornal, os pacotes, o roteiro*, enfim, *n coisas*). Não podemos querer isolar uma só referência a partir de determinado recorte, porque o contexto admite mais de um referente, sendo possível até restringi-lo às tarefas ou a uma tarefa específica que o falante de fato realiza.

---

<sup>7</sup> SN: Sintagma Nominal. Entendemos por sintagma nominal construções do tipo: *Pedro, o Pedro, o livro de Pedro, Pedro e Paulo*.



Ao tomarmos o segundo *zero* (*ordenando Ø*), esperando que a partir dele haja um afinilamento quanto aos seus referentes e que nosso leque de opções seja diminuído, observamos ocorrer de fato alguma restrição, uma vez que nem todos os referentes acima nomeados (*o serviço, as correspondências, as cartas, os malotes, o bornal, os pacotes, o roteiro, etc.*) são passíveis de ocupar o lugar desse *zero*. Ainda assim, porém, nossos prováveis substitutos ou preenchimentos possíveis do *zero* são inúmeros.

No enunciado (21), o problema continua:

(21) Deu nove e quinze, o carteiro sai para entregar Ø. Dali não pode passar. Então como ele tem aquele roteiro, então ele começa a entregar Ø em ruas diferentes, é sempre o mesmo local. (14 FLP. M B GIN SLIN: 063)

Os preenchimentos possíveis do verbo *entregar* ficam em aberto; muito parecido com o que ocorre em (20), pois um grande número deles é aceitável, sem que possamos chegar a um único referente. Note-se que o verbo *entregar* já havia sido mencionado anteriormente, e mesmo que não o fosse, o efetivo exercício da atividade de *entregar alguma coisa* está implícito na profissão do falante. Mesmo que ele não mencionasse o fato, sabemos, de antemão, pelo nosso conhecimento do mundo, como já sabia o entrevistador, que este fato se repete com bastante frequência; e esta frequência está expressa também na escolha dos tempos verbais feita pelo falante.

Uma vez que a questão dos tempos verbais não é o objeto deste trabalho, procuraremos apenas apontar algumas ocorrências que nos levaram a levantar dúvidas e concluir que o assunto merece um estudo e tratamento especial que não será abordado aqui.

Em (20), tínhamos uso de *gerúndio* – *preparando, ordenando* – como principal tempo verbal antecedendo aos *zeros*; em (21) temos o *presente do indicativo* mais o *infinitivo*. Em ambos os casos, o do uso do *gerúndio* e o do uso do *presente atemporal*, até pelo contexto (supondo que desconheçamos que estes tempos verbais podem aludir à *não-pontualidade*, à *continuidade*, à *repetição* daquilo que está sendo representado pelo verbo) podemos constatar que se trata de atividade repetitiva, rotineira e que não se encerra durante a fala do entrevistado.

O que se procurou mostrar a partir dos dois exemplos acima é que desde o início da entrevista não temos menção de quais seriam os objetos, naturalmente pressupostos como conhecidos, a que se refere o falante.

Todavia, ao relatar um incidente, o entrevistado necessita descrever a situação em que um objeto específico é mencionado:

- (22) ...e aí eu fui colocar na mão dela as correspondências. Ela [não]- não achava que eu tinha que colocar Ø em cima da mesa. Mas eu disse que tinha serviço, né?(14 FLP M B GIN SLIN: 089)

Aqui, *as correspondências*, que não são aquelas que ele habitualmente entrega, mas as que geraram o incidente, referem-se a um fato pontual, único. Entretanto não podemos afirmar que *as correspondências* possa ser o único preenchimento para o zero. É possível entender que em *achava que eu tinha que colocar Ø em cima da mesa*, o zero em questão possa ser de fato preenchido pelo referente acima citado. Não podemos esquecer, no entanto, que também aqui é possível uma ação habitual, *ela achava e continuou achando*, pois o verbo no *imperfeto* não delimita a ação como encerrada, as expectativas da senhora a respeito das atitudes que um carteiro deveria tomar permanecem em aberto.

Mais adiante, o carteiro, aos retomar a situação, fazendo um comentário a respeito do ocorrido, novamente omite o referente.

- (23) "Não, eu sou empregado do correio. eu coloco Ø debaixo da porta quando não tem ninguém pra estar lá e receber Ø, mas se tem alguém - " Aí começou a discutir, e ele, ela foi informar pro marido, credo! que eu: "Não é possível!" Ela foi informar pro marido que eu tinha agredido ela, assim, verbalmente, né? (14 FLP M B GIN SLIN: 096)

Nesse exemplo apresenta-se a narrativa de uma ação habitual, marcada pelo *presente* atemporal. A mudança de tempo verbal, que passa do *presente do indicativo* para o *pretérito perfeito*, indica que houve também mudança do foco narrativo. O falante abandonou a descrição da ação habitual feita no *presente* (*sou, coloco*) e passa para a descrever o fato já encerrado, anteriormente mencionado, o pontual, que nesse caso é introduzido via *pretérito perfeito* (*começou, foi*).

Por sua vez, ao mencionar como relatou ao seu superior imediato o desenrolar do incidente, o falante retoma o referente:

- (24) Aí eu tentei falar pra ele. Ele disse: "Não, tudo bem," e tal . Sim, mas realmente [eu não]- eu não ofendi Ø, eu tentei dar a correspondência na mão, ela achou que eu tinha que botar Ø dentro da porta, da sala. Estava aberta, né? botasse Ø em cima do sofá. (14 FLP M B GIN SLIN: 114)

Aqui, para o primeiro *zero* notamos claramente que a ação é pontual, pois a descrição é feita no *pretérito perfeito* (*ofendi*) e, aparentemente, não teríamos problema para preencher a lacuna. Aparentemente, porque o primeiro *zero* já se torna problemático. Claro que é possível preenchê-lo com *ela*, tendo em mente a senhora cuja queixa originou o incidente. Todavia, também é possível preencher-se com, como aliás é comum de se ouvir, *eu não ofendi* (*ninguém!*).

Quanto ao segundo *zero*, *ela achou que eu tinha que botar Ø dentro da porta*, é difícil argumentar que a expectativa da referida senhora em relação à atitude a ser tomada pelo carteiro abriria várias possibilidades de preenchimento, pois há uma restrição quanto aos referentes disponíveis. Podemos argumentar que *a correspondência* em questão, que pode ser colocada no lugar do *zero*, não se refere àquelas que ele foi colocar na mão da reclamante, como descrito em (22), mas àquelas que ele *habitualmente* entrega, ou seja, um referente que é pouco específico. O verbo *achou*, por sua vez, está no perfeito, indicando agora que o fato se deu uma só vez e que a ação foi pontual, ou seja, infere-se que a referida senhora não pensa que todos os carteiros sempre devam colocar as correspondências sobre o sofá, pois somente na ocasião desse incidente é que julgou ser essa a rotina de um carteiro.

Se esta for a nossa leitura, e se ela de fato for possível, ainda assim temos de considerar a última frase, na qual, novamente, a troca de tempos verbais (*imperfeito do subjuntivo* - *botasse*) abre a possibilidade de se interpretar a ação como algo habitual, passível de repetição.

Acreditamos que os tempos verbais mereçam uma avaliação mais pormenorizada, por esta razão, os exemplos selecionados visam apenas dar uma idéia a respeito das dificuldades de isolar o referente para os *zeros* em questão.

Entretanto, há outros exemplos problemáticos e que também merecem alguma atenção.

(25) E: Tu já enfrentaste *algum* problema?

F: Há algum tempo eu enfrentei Ø (02 FLP M A PRI SLIN: 252)

No exemplo acima, da entrevista de número dois, inicialmente, poderíamos não considerar o dado como relevante, utilizando como critério a repetição pelo falante da pergunta já enunciada pelo entrevistador, sem a necessidade de avaliarmos o papel do indefinido. Todavia, se considerarmos o exemplo como válido e buscarmos os

preenchimentos possíveis para o *zero*, nos depararemos com algo diferente da simples repetição da pergunta já enunciada. Fosse a resposta negativa, poderia constituir-se simplesmente de *nenhum*; no entanto, como é afirmativa, a substituição possível para o *zero* é (25a) e não (25b):

(25a) Há algum tempo eu enfrentei *um*.

(25b) Há algum tempo eu enfrentei *algum*.

A solução, portanto, não é tão simples. Vejamos o exemplo seguinte, novamente do carteiro.

(26) ...Então você recebe um Sedex, mora num prédio super-luxo, né? com todas as garantias, e o correio leva Ø e não consegue entregar Ø... (14 FLP M B GIN SLIN: 195)

Aqui é possível argumentar que o referente é *um Sedex*, e que o preenchimento das lacunas deve ser feito considerando somente este referente. Note-se, no entanto, que a presença do indefinido nos força a considerar, não um único referente, mas toda uma classe de referentes possíveis na generalização causada pelo indefinido, numa situação que, novamente, observando os verbos empregados, sugere a *repetição*, o *habitual*. Daí podemos inferir que alguns verbos transitivos são empregados como intransitivos e, quando isso ocorre, não é possível, portanto, o preenchimento dos *zeros*.

Os casos em que o referente aparece modificado, ora por um indefinido, ou por um possessivo ou demonstrativo, ora pela ausência de pronome, talvez possam ter solução semelhante à apresentada acima. Há casos, como em (27),entretanto, cujos referentes são os próprios pronomes.

(27) ...mas sempre teve *aquilo*, assim comigo guardado, porque virava e mexia, sempre tinha alguém que jogava Ø na minha cara, né? (03 FLP F A PRI SLIN 98)

Não nos parece, porém, que mereçam tratamento diferente do já dado aos anteriores. Observe-se em (28) que, mais uma vez, a presença do verbo no *imperfeto*,que indica ação não pontual, que pode ser reiterativa; soma-se à presença de um referente não-definido, mais ou menos genérico. No entanto, *aquilo* a que se refere a falante, recorrendo-se ao contexto, diz respeito ao fato de ela ser filha adotiva e ter sido abandonada pela mãe. Assim, *sempre teve aquilo, assim comigo guardado, aquilo*, vindo da entrevistada, pode estar se referindo à *mágoa*, ao *sentimento* de ter vivido tal

situação, de ter estado nessa condição. Por outro lado, em *sempre tinha alguém que jogava Ø na minha cara*, o zero pode não se referir à possível mágoa (*aquilo*), mas ao fato em si, o de ser filha adotiva. Não se trata, portanto, nos dois casos, do mesmo referente, pois mesmo que se faça a substituição do zero por *aquilo*, a palavra tomará um outro sentido em função das diferentes referências possíveis, ainda que no mesmo contexto lingüístico.

Situação diferente apresenta o exemplo (28):

- (28) ...Adoro o programa do Silvio Santos, *isso* eu adoro! Se eu fico em casa domingo, eu assisto Ø do começo até o fim. Até ele dar boa-noite, eu assisto o programa dele. (09 FLP F A GIN SLIN: 326)

A exclusão de um dado como este na composição do *corpus* poderia se dar considerando que o verbo *assistir* pede regência indireta com a preposição *a*, segundo nos apontam os manuais escolares. Porém, como é fácil de se constatar, na língua falada não encontramos um só caso em que o uso efetivo da regência prescrita ocorresse. Até o momento, portanto, não achamos prudente descartar este exemplo, usando a regência como critério.

O aparecimento do *isso*, logo após o referente, pode nos confundir um pouco; note-se que o verbo *adorar*, nesse caso, normalmente aparece acompanhado de zero: *adoro o programa do Silvio Santos, adoro Ø*, sugerindo certamente a repetição, algo que se vê com certa frequência (senão como justificar o uso de *adoro, gosto, amo* em contextos semelhantes?). O verbo *adorar*, transitivo direto, pode dispensar a presença do objeto, como vimos há pouco, todavia em (28)... *eu assisto Ø do começo até o fim*, o zero pode ser preenchido com *ele* ( *o programa do Silvio Santos*), mas também poderia ser preenchido com *isso*, só que, ou resultaria em anáfora da anáfora *isso eu adoro* ou teria, pela própria natureza do demonstrativo *isso*, de fazer referência a *todo* o enunciado anterior. Considerar ou não *isso* no preenchimento do zero implica afirmar que o contexto sugere repetição, pois os verbos estão no presente atemporal, não se tratando, portanto, de um único programa do referido apresentador. Mesmo assim, é possível de se identificar um referente anafórico e substituí-lo por *ele*. Há, ainda, para que o problema não fique assim tão simples, uma outra possibilidade de preenchimento do zero: a de haver *catáfora*, ou seja, ao considerarmos o seguinte segmento da fala do entrevistado: *Se eu fico em casa domingo, eu assisto Ø do começo até o fim. Até ele dar boa-noite, eu assisto o programa dele*. Observamos que o referente agora está implícito, não nomeado diretamente; não é mais o *programa do Silvio Santos*, mas o *programa*

*dele*, razão pela qual excluir ou considerar um dado como esse nem sempre é tão simples.

- (29) Filme eu não assisto. Dificilmente porque eu não gravo Ø, eu não consigo gravar Ø. (09 FLP F A GIN SLIN: 352)

Neste exemplo, é possível afirmar, primeiro, que o referente é genérico e indefinido e por isso não podemos substituí-lo por um pronome; segundo, os verbos que aparecem nesta oração estão no *presente* e são usados intransitivamente. O problema é que é possível, efetivamente, substituir os *zeros*. E aí não estaremos mais diante de verbos transitivos usados intransitivamente, pois é possível colocarmos *isso* no lugar dos *zeros*.

Todavia, um *zero* que pode ser substituído por *isso* não pode ter o mesmo valor que um *zero* que substitui um pronome *o/ele*. Explicando melhor, o *zero* que substitui *o/ele* está ocupando a função do pronome átono com em *eu comprei ele*, *eu o comprei* ou *eu comprei Ø*. Todavia, o *zero* que está no lugar de um *isso*, como em *já fiz isso*, *já o fiz* ou *já fiz Ø*, como também no exemplo (29), assume caráter “resumitivo”, pois remete a referentes de categoriais distintas daquelas abordadas no presente estudo (cf. MONTEIRO, 1994, p. 29; ver discussão mais adiante). Como é de nosso interesse investigar o uso dos *zeros* em lugar dos pronomes objetos, está é a razão pela qual deixaremos de considerar casos semelhantes ao que acabamos de citar.

Uma outra questão é que a ocorrência de *zeros* em lugar de objetos diretos se dá com frequência bem maior do que em relação à colocação de *zeros* em lugar de objetos indiretos<sup>8</sup> e, conseqüentemente, o número de trabalhos que encontramos sobre o objeto direto é bem maior do que o número de trabalhos sobre o objeto indireto. Assim, nos limitaremos a apontar algumas ocorrências e fazer o devido comentário a respeito de alguns casos de omissão de objeto indireto que encontramos em algumas entrevistas, como atestam os exemplos a seguir.

- (30) Aí (“eu dei arrego Ø”), fui comprar remédio Ø e tudo, só que [não quis Ø] [não deu mais pra agüentar Ø] eu não conseguia olhar pra cara dele, ... (03 FLP F A PRI SLIN 988)

---

<sup>8</sup>Isso pode estar relacionado com a questão da quantidade de verbos transitivos diretos e transitivos indiretos existentes na língua.

Esse exemplo diz respeito a um dos momentos relacionados com a separação do casal. Nele o referente, o marido, já fora nomeado anteriormente e é nomeado novamente ao final do trecho citado. Interessa-nos tratar em (30), inicialmente, apenas dos dois primeiros *zeros* que substituem o objeto indireto que também poderia ser preenchido por *pra ele*, como em (30a):

(30a) eu dei arrego *pra ele* e fui comprar remédio *pra ele* e tudo.

Note-se que, isoladamente, isso é possível, mas ao mantermos a sentença inicial, o segundo *pra ele* torna-se dispensável, pois é redundante. Essa é uma leitura possível, uma vez que os elementos do contexto a permitem. No entanto, é viável considerar que *fui comprar remédio Ø e tudo* diz respeito a uma ação ocorrida posteriormente a *eu dei arrego pra ele*, sem que as duas orações compartilhem dos mesmos referentes, pois há certamente em (30) outros elementos envolvidos. Talvez possamos constatar um caso de paralelismo formal envolvendo a omissão dos pronomes objetos. Esse fato poderia estar ainda sendo condicionado pelo *isso* que aparece no início da frase, o que poderia também justificar os outros dois *zeros* que aparecem no exemplo. Gostaríamos, entretanto, de deixar para um outro momento a abordagem de questões relativas ao paralelismo.

Em (31) temos um referente catafórico *a criança* à qual se referem os dois verbos. A substituição dos *zeros* por esse referente ou pelo pronome *lhe* é possível. Também é possível a substituição pelo pronome lexical correspondente, não esquecendo que *dar banho* exige a preposição *em*, assim substituímos o *zero* por *ela* (= nela):

(31) ... a gente dava o banho Ø, dava um purgante Ø, aí a criança ficava boa. (14 FLP M B GIN SLIN: 588)

Deixando de lado o primeiro *zero* de *dar banho* e considerando apenas que *dar um purgante* exige *a/para ela* ou *para a criança* como preenchimento obrigatório, voltemos agora nossa atenção para o tempo verbal *pretérito imperfeito* que serve como indicio de ação *não-habitual*, *repetitiva* e *não-pontual*. Podemos argumentar que, mesmo que se desconheça todos os contextos da entrevista, nesse exemplo pode não estar sendo descrito um acontecimento único, vivido pelo entrevistado, mas alguma experiência acumulada e repassada nos moldes de uma receita.

As soluções, portanto, podem ser encaminhadas a partir de três diferentes reflexões que vieram a orientar o trabalho.

Primeiramente, algumas considerações efetuadas por MONTEIRO (1994, p. 29), ao tratar do conceito que subjaz a definição dos pronomes enquanto *substitutos de nomes*. Para o autor, “desde a cultura greco-romana, os vocábulos que tradicionalmente são conhecidos por pronomes foram alvo freqüente de reflexões e equívocos que ainda hoje perduram”. O autor ressalta que o conceito tradicional usado por muitos autores de que pronome substitui o nome não corresponde à realidade, pois nem todos os pronomes funcionam como substitutos e, além disso, há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes. Nesse sentido, afirma que

Percebendo esses fatos, Jespersen (1975a: 83), depois de apontar algumas situações em que aparecem substitutos para expressões não nominais, raciocina que seria o caso de falar não só em *pro-nomes*, mas também em *pro-adjetivos*, *pro-advérbios*, *pro-infinitivos*, *pro-verbos* e *pro sentenças* (apud MONTEIRO, 1994, p. 29).

Em seguida, nos valem de FREGE (1978):

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal. O mesmo sentido tem expressões diferentes em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem. É verdade que exceções a esta regra ocorrem. Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, freqüentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto. (FREGE 1978, p. 63).

Ou seja, é possível no PB termos, para uma mesma referência, *sinais* diferentes (*o*, *ele* e  $\emptyset$ , por exemplo). Porém, também é possível, como menciona o autor, ao mesmo *sinal*, podem corresponder *sentidos* diferentes e, dessa maneira, apontar para diferentes referências. Assim, como procuramos ilustrar anteriormente, os *zeros* em lugar de *o/ele* podem ocupar diferentes posições, ora podendo ser substituídos por *isso*, ora por *ele/ela*.

Se somadas as duas reflexões anteriores, a de FREGE (1978) e a de MONTEIRO (1994), e acrescentarmos ainda o que diz OMENA (1978), já citada no segundo capítulo ao apresentar elementos condicionadores para a regra de apagamento,

- SN antecedente com traço semântico [inanimado] (B);
- SN antecedente em função de objeto direto (C);
- SN antecedente não reforçado, no contexto (N);
- SN pronominal, exercendo apenas a uma função sintática (O);
- SNs concorrentes ao papel de antecedente, no contexto (X).



Além desses fatores computacionalmente processados, os SNs não especificados e a presença do verbo *ter*, categórica ou quase categoricamente, também condicionam o cancelamento do pronome. (OMENA, 1978, p. 124).

seria possível chegarmos ao seguinte critério de exclusão: *clíticos*, *pronomes lexicais* e, principalmente, *zeros*, quando substituem SN ou sentença (podendo ser substituídos somente por SN ou sentença) não serão considerados para a composição do *corpus*.

Gostaríamos de ressaltar que os dados foram retirados de entrevistas, que pressupõem interação entre o entrevistador e o falante. Não nos fixamos, portanto, somente nas referências textuais dos falantes. Em função disso, procuramos levar em conta as inferências dos contextos apresentados nas entrevistas, desde que o referente pudesse ser recuperado. Tal contexto limitou-se às dez frases imediatamente anteriores, bem como às dez frases imediatamente posteriores às ocorrências verificadas.

### 3.2.2 O levantamento dos *clíticos objeto direto*

Inicialmente buscamos os dados no editor, para as formas *-no(s)*, *-na(s)*, e, como suspeitávamos, não houve nenhuma ocorrência desses formas na cidade de Florianópolis, bem como em Curitiba e Porto Alegre. Em seguida, buscamos as formas de *clíticos* *-lo(s)*, *la(s)*, para as quais se encontraram os seguintes resultados, já consideradas as três cidades: sete casos de *-lo* e três casos de *los*. Para *-la* foram encontradas oito ocorrências, sendo que uma delas (32) foi desconsiderada, por estar o *-la* em questão desempenhando função de sujeito da oração reduzida de infinitivo *a subir novamente*. Tais casos, segundo ALMEIDA (1963, p. 347) constituem os chamados *sujeitos acusativos*, ou *acusativo com função nominativa*. Estabelecemos, então, como critério, não considerar as ocorrências em que o objeto direto ocupe também o lugar de sujeito de oração infinitiva.

(32) ai chamou me chamou: Mauricio, tu trabalhas no Sesi das sete a uma da tarde e tal, será que à tarde, tu nao podias ficar com a Maria Helena, ajudá-la a subir novamente, (23 FLP M B SEG SLIN: 500)

Este critério de eliminação de dados, objeto direto enquanto sujeito de oração infinitiva, será também considerado quando da codificação das ocorrências referentes a *ele(s)*, *ela(s)* e das ausências de preenchimento do pronome.

Quanto ao *clítico a(s)*, não houve nenhum registro de ocorrência. Já no que se refere às ocorrências de *o(s)*, houve apenas quatro casos, listados a seguir

(33) naquele tempo voce enxergava o Gulaíba. Hoje o muro o tapou. (01 POA M B PRI SLIN: 319)

(34) E: E o Brizola não lhe conquistou? F: Não, eu o conheco pessoalmente, (01 POA M B PRI SLIN: 357)

(35) e esse nosso atual, o Doutor Lerner, também. eu ja o conhecia desde guri. (06 CTB F B SEG SLIN: 332)

(36) pra mim o culpado de tudo isso ai foi o Dom Pedro Segundo que um energumeno, um coitado, um infeliz, um abobado, porque teve grandes homens no Brasil, homens grandiosíssimos, que ele os destruiu por política e por isso e por aquilo. (01 POA M B PRI SLIN: 440)

Todavia, foram desconsiderados na codificação 32 dados, relativos a ocorrências de *frases feitas*, de formas cristalizadas na língua pelo uso, tais como *deus o livre* (30 ocorrências), *deus os livre* (uma ocorrência) e *puta que o pariu* (uma ocorrência) que no restante da entrevista não caracterizavam o domínio da forma padrão por parte do falante, no que se refere ao uso dos *clíticos*.

Assim, os critérios para exclusão de formas (OD) são os seguintes:

- a) Expressão *cristalizada* com presença do *clítico* OD;
- b) *clítico* OD na posição de sujeito de oração reduzida de infinitivo.

### 3.2.3 O levantamento dos *clíticos objeto indireto*

As ocorrências de *lhe(s)*, desconsiderados já os casos de uso para a segunda pessoa, são de número bastante reduzido, como já era de se esperar, uma vez que os verbos transitivos indiretos do português apresentam-se, também, em número reduzido, em relação aos verbos transitivos diretos.

Para estabelecer os critérios de seleção dos dados a serem codificados, partiu-se dos critérios já estabelecidos para os *clíticos* OD já apresentados.

Como as ocorrências de *clítico* OI são menos numerosas, apresentaremos um breve comentário a respeito de cada caso.

No que se refere ao uso do pronome *lhe* para a 2.<sup>a</sup> pessoa, há vários casos registrados. A título de ilustração, selecionamos uma das ocorrências desconsideradas:

- (37) F: Hein? e não quer ver depois eu vou *lhe* mostrar, eu abro ali, daí o senhor vai ver, né?(07 POA M B GIN SLIN: 710)

Há também casos (38) em que o pronome é usado para a 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, quando o falante se utiliza da forma *a gente*. Esses casos, a exemplo da segunda pessoa, serão também desconsiderados.

- (38) Então o meu pai trazia Ø era aquela fartura. Então tinha fartura, fartura, porque era uma cidade que não tinha atravessador, na época, que a gente comprava o pão- [Comprava-se Ø na <pada>] comprava Ø na padaria [quem queria]- quem queria, porque senão o padeiro vinha *lhe* trazer Ø... (02 FLP M A PRI SLIN: 762)

Quanto à ocorrência de frases feitas, houve pelo menos três tipos de ocorrências que podem ser diferenciadas, como veremos a seguir:

a) No primeiro caso, temos as expressões cristalizadas, como já havíamos ilustrado para os clíticos OD:

- (39) ... ela foi , foi indo, foi indo, ficou enorme ao ponto de a gente olhar Ø, pensar que a barriga ia estourar e dá-*lhe* antibiótico, dá-*lhe* antibiotico, dá-*lhe* antibiótico pra... (23 FLP M B SEG SLIN: 500)
- (40) ah! foi numa sexta-feira que veio três negrinhos lá pra quebrar o vidro pra entrar e eu empurrava Ø daqui e eles de lá pra cá, aí eles viram que eu estava empurrando Ø, viram que não podiam abrir Ø, dei *lhe* um coice no vidro e quebrou o vidro e entrou na minha mão. (10 POA M A PRI SLIN: 73)

As três ocorrências de (39) têm em comum o fato de o verbo *dar* exigir como preposição *a* ou *para*, quando substituímos a forma sintética pela forma analítica. Em (40) o verbo *dar* exige a preposição *em*. É importante acrescentar que, ao considerarmos que o uso do clítico *lhe* em *dei-lhe* constitui uma forma cristalizada e que o uso da preposição *em* *dei nele(a)* constitui a possibilidade de ocorrência mais comum dessa forma na língua, não estando, portanto, em concorrência com o clítico. Deixamos de considerar, dessa maneira, tais ocorrências, ou seja, os casos de *dei-lhe/dei nele(a)*.

b) Quando a expressão usada sugere de modo bastante claro a leitura de texto ou, ainda, uso de expressão pertencente à língua escrita, a um determinado jargão. No

exemplo (41), a seguir, pode-se inferir do contexto que se trata da leitura de um documento de cartório, podendo se tratar de uma escritura; no exemplo (42), há referência ao contexto religioso, que, como se sabe, vale-se de expressões quase cristalizadas e, não raro, a retomada do texto religioso escrito também na língua oral ocorre literalmente. Ou seja, o falante cita em sua fala o texto “sagrado”, procurando manter, quando não totalmente, proximidade com a forma original.

(41) ...aqui Joaquim Gonçalves da Luz Reor, que supomos foi entregue aos cuidados de uma das suas tias, residente em São Francisco, daí foi casado com uma prima irmã, Coordova Maria das Dores, por herdeiro testamentário de do Padre Bento, que *lhes* deixou a fazenda de Santana, em Três Barras, no porto de Cubatão de Curitiba. (02 CTB M B SEG SLIN: 655)

(42) podemos até de e até uma formula, né? de saber saber e aplicar, ne? ou seja, como é que, por exemplo o Cristo disse assim que: procurar primeiro o Reino de Deus, né? e sua justiça e as coisas materiais *lhe* serão acrescentadas. (02 CTB M B SEG SLIN: 403)

O exemplo em questão poderia ser ainda classificado como marca do idioleto do informante, pois há registro de outros casos de uso de *lhe* pelo falante, que também desconsideramos por outras razões. Todavia, por tratar-se de exemplo que poderia se repetir em outros casos, julgamos melhor classificá-lo desta maneira, a fim de poder prever dados semelhantes, que poderiam certamente ocorrer. Ou seja, por um motivo ou por outro a ocorrência seria desconsiderada.

c) O terceiro caso a ser desconsiderado diz respeito ao que poderia ser classificado como uso específico de um único falante ou de uma determinada região.

(43) logo que nós viemos pra cá. É, tinha uma ducha, aquelas Lorenzetti, sabe? nós sempre usamos aquelas Lorenzetti. É, e deu um curto por dentro também e queimou-*lhe* tudo por dentro e diminuiu encolheu ali, ficou assim, ó. Como que aconteceu aquilo ali, né? depois eu fui tentar abrir e não conseguia, sabe? (11 POA M A GIN SLIN: 254)

(44) ela que bota o sal, tudo né? bota os temperos, é? eu só faço o fogo e deixo quando está no ponto ali eu tacho *lhe* em cima duas gradezinhas ali e deu. aí só fico cuidando, só pra não sapecar muito, né? (11 POA M A GIN SLIN: 471)

Novamente, temos acima dois casos em que as ocorrências do *lhe* podem ser substituídas por preposição, *de*+eles, funcionando como possessivo. Em (44) ainda é possível a substituição por *em*+*ele*, para indicar a localização ou direção. No entanto, como só dois casos ocorrem em todo o *corpus*, tratamos esses dois casos de modo

semelhante aos exemplos (39) e (40), anteriormente apresentados. Ou seja, consideramos que na língua falada a possibilidade mais comum de ocorrência é o uso da preposição *de+ele*. Assim, a ocorrência dos *clíticos* seria exceção. Deste modo, também no que se refere à substituição do *clítico* pela preposição *de* + pronome, consideramos que a substituição por *dele(s)*, *dela(s)*, também não deveria ser incluída dentre as ocorrências válidas, no que se refere aos critérios de seleção dos dados.

d) Há, ainda, um último caso, semelhante ao que vimos acima, em que o pronome oblíquo preposicionado aparece diante de verbo de ligação, exemplo (45). Essa questão é observada por MONTEIRO (1994) ao tratar do *dativo ético*, desempenhando função possessiva, como no exemplo (44). Exemplos semelhantes, portanto, também serão desconsiderados.

- (45) e essa vida de caserna e uma vida muito muito difícil devido à hierarquia, à disciplina que é fundamental dentro do exército, mas que a gente com equilíbrio, com vontade, né? com espírito de luta, com fé na ele consegue levar avante, né? as missões que *lhe* são impostas dentro do quartel. (17 POA M B SEG SLIN: 107)

Embora tenhamos definido critérios para seleção e posterior codificação dos *clíticos* OI, os exemplos acima constituem todas as ocorrências verificadas no *corpus*. Portanto, não houve um só caso de *lhe* que pudesse ser considerado como válido, ou seja, todas as ocorrências foram desqualificadas pelos critérios previamente elaborados.

### 3.2.4 O levantamento dos *pronomes lexicais*

Os critérios utilizados na seleção das ocorrências relativas à substituição do *clítico* OD por *ele(s)*, *ela(s)* e da substituição do *clítico* OI por *para ele(s)*, *para ela(s)* são os mesmos aplicados aos *pronomes lexicais* OD e OI, apresentados resumidamente a seguir.

#### 3.2.4.1- ocorrências de *ele(s)*, *ela(s)*

a) serão desconsideradas as ocorrências em que o pronome OD figurar na posição de sujeito de verbo no infinitivo, como no exemplo abaixo:

(46) até um dia ele comprou dois cachos de banana e fez *ela* comer tudo. (01 FLP F A PRI SLIN: 520)

Além deste critério, estaremos considerando também alguns dos critérios já apontados em DUARTE (1986):

b) casos de repetição de frase enunciada pelo entrevistador:

(47) E: Como é que tu consegui essa casa ?  
F: Consegui fácil. (02 FLP M A PRI SLIN: 331)

c) casos de resposta afirmativa ou negativa dada ao entrevistador, na qual há a repetição do verbo utilizado na formulação da pergunta:

(48) E: Coqueiros! E você leva eles ?  
F: levo eles todos os dias e vou buscar. (10 FLP M A GIN SLIN:632)

d) casos em que o referente não é mencionado, mas inferido com base em outro com elemento relacionado.

(49) depois, a outra minha gravidez, tive uma outra filha excepcional, estou enfrentando *ela*. [*a situação, a dificuldade*]. (07 FLP F B PRI SLIN: 022)

#### 3.2.4.2 Ocorrências de *para ele(s)* *para ela(s)*

Alguns dos critérios anteriores poderão ser aqui incorporados:

a) serão eliminadas as ocorrências em que o pronome OI figurar na posição de sujeito de verbo no infinitivo, como no exemplo abaixo:

(50) me lembro, numa época que a minha irmã quebrou o braço, que eu pedia *pra ela* bater no meu (falando rindo) *pra mim* quebrar também, mas [não tinha]- não quebrava. (01 FLP F A PRI SLIN: 378)

b) casos de repetição de frase enunciada pelo entrevistador: não houve ocorrência.

c) casos de resposta afirmativa ou negativa dada ao entrevistador, na qual há a repetição do verbo utilizado na formulação da pergunta: Não houve ocorrência.

d) casos em que o referente não é mencionado, mas inferido com base em outro elemento relacionado: não houve ocorrência.

DUARTE (1986) exclui também os verbos *transitivos indiretos* usados como *transitivos diretos* (*assistir*, por exemplo). Optamos por não considerar esse critério: primeiro, por não termos encontrado um só caso em que fosse usada a regência preconizada pela gramática tradicional (*assistir* como verbo TI); segundo, tais casos, quando ocorrem, encaixam-se nos critérios acima, verbo transitivo usado intransitivamente ou quando o referente é inferido e não mencionado. Assim que, as poucas ocorrências de verbos TI usados como TD não foram excluídas, mas consideradas como objeto TD.

### 3.2.4.3 As ausências de preenchimento do pronome

Foram considerados os seguintes contextos:

a) verbos transitivos usados como marcadores discursivos, como *sabe ? entende ? viu ? olha !* entre outros;

b) verbos transitivos usados intransitivamente: *comer, beber, assistir (televisão), ler, estudar*, entre outros;

(51) Nada sozinha. Ela fala sabe ? [mas]- come sozinha, mas colocando no prato e chamando e só, mas ela pegar sem dificuldade, *comer*, fazer, isso não. Ela depende muito das pessoas. (07 FLP F B PRI SLIN: 181)

(52) Dizem, eu não sei, que o homem levanta apavorado, vive *bebendo*...(14 FLP M B GIN SLIN: 239)

(53) Demais. [Anhatomirim, ali, era o]- AnhatomiriM, antigamente, ali, um presídio, né? Pessoal que era contra o governo, ali, *fuzilavam, matavam, enforcavam*. (17 FLP F A SEG SLIN: 56)

(54) Portanto quando tu me disseste [que era pra]- [(pra)]- que estudavas, que eras estudante da Faculdade, né? eu disse: “Quem *estuda*, a gente sempre ajuda, né? (17 FLP F A SEG SLIN: 527)

c) casos de repetição de frase enunciada pelo entrevistador:

(55) E: Você tem vídeo Ou assiste no [vizinho]?

F: [Não, às vezes] eu alugo, às vezes emprestado. Não deu pra comprar, (est) era muito caro pra comprar. (10 FLP M A GIN SLIN: 439)

d) casos de resposta afirmativa ou negativa dada ao entrevistador, na qual há a repetição do verbo utilizado na formulação da pergunta:

(56) E: E eles freqüentaram a universidade?

F: Freqüentaram Ø. (21 FLP M B SEG SLIN: 87)

e) Casos em que o referente não é mencionado, mas inferido com base em outro com elemento relacionado:

(57) Então se eu estou em casa, ela está lá limpando a cozinha, eu estou no cercado varrendo o quintal. Ela está [<pindus>]) na casa, encerando Ø, eu estou lá nos fundos limpando a cozinha lá, que temos o fogão a lenha. (12 FLP M A GIN SLIN: 995)

(58) Mas eles acham que não, se vai apertar Ø pra um, tem que apertar Ø pra todos os outros. E para apertar Ø pra um, teria que apertar Ø pra todos, né? Então por eles, não querem isso aí. "Então vamos fazer o seguinte: vamos botar uma pessoa no primeiro andar pra ficar responsável." Apertou Ø, desce ali embaixo, [mas está com um]- é encontrado o carteiro. Às vezes nem leva Ø, coloca nota: edifício sem portaria. Devolve Ø. Aí vai, sai um aviso. [Só vai]- quer dizer, o carteiro, já quando ele - leva Ø, já perde o dia. No outro dia vai ser extraído o aviso. O carteiro vai levar Ø no outro dia. Três dias após, é que a pessoa vai vir buscar Ø. (14 FLP M B GIN SLIN: 176)

f) caso em que o objeto é inferido a partir de um contexto, sem menção de qualquer antecedente:

(59) Eu fiz vinte e seis, eu ganhei a Andréia com vinte e quatro anos e meio. Vinte e Quatro anos e meio, liguei Ø. Eu ganhei a Andréia em abril, [é liguei Ø] é liguei Ø. Não. Ganhei a Andréia em abril. Liguei e fiz vinte e cinco anos em novembro. (16 FLP F B GIN SLIN: 619)

(60) Aí eu fui nessa minha amiga que é a Ana, perguntei sobre sexo pra ela. Aí ela estava apavorada, não tem? Aí ela [ficou] me aconselhou que tirasse Ø. (20 FLP F A SEG SLIN: 991)

(61) ...eu acho assim. Não. condeno ninguém, tá ? que faça Ø quem quiser, só que eu fazer Ø, pra minha cabeça, eu nunca que ia dar isso. (20 FLP F A SEG SLIN: 1013)



g) casos em que a representação seria feita por outro elemento que não um pronome *ele, ela, para ele, para ela*; (conforme o critério que estabelecemos para o tratamento dos casos de *o, a*, quando substituem expressão ou sentença);

(62) Pois ("sabe") que toda semana tem um cidadão que vai lá e bota o lixo pra poder ficar livre! Então agora botei Ø um cartãozinho ali na porta, ali, né? "coopere com Floripa." Aí eu botei Ø embaixo, né? "Educação e respeito não fazem mal a ninguém." Tu pensas que eles olham Ø? Não. Passam ali e olham Ø, e continuam fazendo Ø. (13 FLP M B GIN SLIN: 797)

h) casos ambíguos;

(63) e com um anzolzinho. Bota uma minhoquinha lá, atira lá e daqui uns trinta, quarenta minutos, sai um peixinho pulando lá, daí tem que puxar Ø, né ? (10 POA 10 M A PRI SLIN: 640)

i) casos em que o antecedente é indefinido e genérico.

(64) Estava sempre inventando coisa, sempre ("invento Ø"), sempre ("invento Ø"), inventava Ø. (01 FLP F A PRI SLIN: 369)

Além dos critérios acima relacionados, consideramos, para efeito de exclusão de dados, contextos em que poderiam ser introduzidos discursos diretos, a partir de verbos *dizer, explicar e falar*, por exemplo:

(65) Eu disse Ø: "Não, eu compro." Aí eu fui. Eu disse: "Vocês também ganham pouco, Têm coisas da casa." (08 FLP FB PRI SLIN: 1099)

Os usos regionais também foram desconsiderados:

(66) Não, a gente fazia o primário, pegava Ø, fazia a quinta série primária... (02 FLP M A PRI SLIN: 331)

Houve, também um caso em que se registrou a presença de modificador e por isso foi desconsiderado, por não se tratar de variação mas de afirmação categórica:

(67) Então eu conheço *todos* eles. (01 POA M B PRI SLIN: 434)

Procuramos, assim, ao exemplificarmos as ocorrências que deveriam ser eliminadas, apresentar os critérios para a composição do *corpus*.

### 3.3 A CODIFICAÇÃO EMPREGADA

A codificação dos dados, já consideradas as situações de exclusão, obedeceu à seguinte tabela:

a) segundo à função:

OD - 1

OI - 2

b) segundo às formas lexicais:

clítico - z

forma lexical - !

Ø ?

c) segundo o traço de animação do referente:

( + ) animado - +

( - ) animado - -

d) segundo à forma de representação do objeto:

o - o

a - a

lo - l

la - q

os - i

as - u

los - n

las - p

ele - e

ela - r

eles - g

elas - h

Ø (OD) - z

lhe - b

lhes - c

para ele - j

para ela - x

para eles - t

para elas - s

a ele - k

a ela - w

a eles - m

a elas - f

Ø (OI) - y

e) segundo às localidades:

Curitiba - \*  
Florianópolis - &  
Porto Alegre - \$

f) segundo o sexo dos informantes:

Masculino - m  
Feminino - f

g) segundo à idade dos informantes:

25 a 50 anos - A  
mais de 50 anos - B

h) segundo à escolaridade dos informantes:

primário - 1  
ginásio - 2  
2º grau - 3

### 3.4 OBJETIVO, HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS DADOS

#### 3.4.1 Objetivo

A partir do primeiro levantamento de dados feito para a cidade de Florianópolis, estabelecemos o objetivo geral de nosso trabalho: delinear o perfil em que encontra o uso de *clítico*, *pronome*, *lexical* e *ausência de preenchimento* dos pronomes OD/OI no português falado nas três capitais do Sul, bem como, testar se fatores sociais como idade, escolaridade e região têm alguma influência na escolha de formas pronominais.

#### 3.4.2 As hipóteses

Para verificar o comportamento dos *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausências de preenchimento* dos pronomes OD/OI, relativos à 3.<sup>a</sup> pessoa, em uso no português falado no Sul do Brasil, estabeleceremos as seguintes hipóteses<sup>9</sup>:

- a) A maior ou menor ocorrência de pronomes *ele/ela* e  $\emptyset$  estaria sendo determinada em função do traço ( $\pm$  animado) do objeto.
- b) O PB se encontraria em fase de substituição dos *clíticos* de 3.<sup>a</sup> pessoa pelos pronomes *ele/ela* e  $\emptyset$ .

#### 3.4.3 Considerações a respeito dos dados

Uma vez levantados os dados e feita a codificação, passamos para as rodadas estatísticas, utilizando para tanto dos programas do *pacote VARBRUL* que, segundo

---

<sup>9</sup> Inicialmente, tínhamos em mente estudar também questões relacionadas ao verbo, uma vez que algumas ocorrências de  $\emptyset$  no PB nos dão indício de que muitos dos verbos descritos pela gramática normativa como *transitivos* se apresentariam como *intransitivos*.

SCHERRE (1993, p.1), “foram desenvolvidos com os objetivos de implementar modelos matemáticos que procuram dar tratamento estatístico adequado a dados lingüísticos variáveis, analisados sob a perspectiva da teoria da variação lingüística laboviana (cf., por exemplo, CEDERGREN & SANKOFF, 1974; LABOV, 1975a, 1975b; ROUSSEAU & SANKOFF, 1978; SANKOFF, 1988; NARO, 1981;1992).”

Feitas as rodadas estatísticas, passamos para a análise dos dados, que será apresentada no capítulo seguinte.

Todavia, antes que passemos para a apresentação e análise dos dados, gostaríamos ainda de tecer algum comentários sobre o trabalho que realizamos até aqui, ou melhor, sobre aquilo que deixamos de realizar e que pode orientar futuros trabalhos.

A primeira questão a ser apontada é o paralelismo, conforme SCHERRE e NARO (1992) que não nos sentimos seguros para abordar, entendendo que a questão é complexa e envolve também o tratamento dos tempos verbais, *por exemplo*, além de outros elementos condicionadores, supomos que os advérbios, preposições e conjunções também podem exercer influência na determinação das condições de paralelismo. Há, no entanto vários exemplos constantes no *corpus* que mereceriam ser melhor estudados.

A segunda questão diz respeito aos SNs não considerados em nosso trabalho.. Entendemos que tal questão também merece tratamento diferenciado daquele que procuramos abordar aqui ao recorrermos a FREGE (1978) e MONTEIRO (1994). Por essa razão e a fim de não nos distanciarmos de nosso objetivo principal, deixamos a questão para ser tratada posteriormente.

A terceira questão que surgiu durante a elaboração do trabalho refere-se aos verbos. A princípio, julgamos que a questão dos verbos, SNs e dos paralelismo faziam parte do mesmo problema. Posteriormente, examinando vários exemplos, concluímos que podem ser tratados em separado, conduzindo a caminhos diferentes sem que, todavia, deixem de contribuir para o esclarecimento dos demais.

Observamos que os verbos podem apresentar diferentes estágios de transitividade. Primeiramente, teríamos os verbos transitivos OD/OI que admitiriam como complementos os *clíticos*, *pronomes lexiciais* e *zeros*. Muitos verbos transitivos podem dispensar seus complementos, sem contudo comprometer seu sentido. Sobre a questão, ROCHA LIMA (1956), ao tratar do *objeto direto*, ressalta que este pode se apresentar *como objeto direto interno*, quando se tratar de verbos intransitivos que apresentam complemento expresso por palavras cognatas, como em “morrer morte

gloriosa, dançar danças malditas, sonhar sonhos ruins.” (p. 38), ou por palavras que, mesmo não sendo cognatas dos respectivos verbos, “pertencem ao mesmo grupo ideológico destes” (p. 39) como demonstram os exemplos “dormir um sono tranquilo” e “chorar lágrimas de sangue” (p. 39). Comportamento semelhante têm os verbos *comer*, *beber*, entre outros.

Todavia, a questão não se esgota em identificarmos que os verbos apresentam um comportamento que vai desde a transitividade até a intransitividade. Há casos em que os verbos deixam de se comportar como verbos e assumem outra função, ou seja, passam a funcionar como marcadores discursivos, como nos casos de *viu?* *sabe?* *entende?* entre outros.

(67) Está com um dinheiro lá emprestado, né? Assim ele diz, né? Que vai devolver, mas [a gente]- **vamos ver** Ø. (15 FLP F B GIN SLIN: 333)

(68) aquele prédio também foi construído em mil e novecentos e quatro, quer dizer, eu não era nascido, **né**? (01 POA M B PRI SLIN: 131)

(69) e. logo que nós viemos pra cá. É, tinha uma ducha, aquelas Lorenzetti, **sabe?** nós sempre usamos aquelas Lorenzetti. É, e deu um curto por dentro também e queimou-lhe tudo por dentro e diminuiu encolheu ali., ficou assim, ó. Como que aconteceu aquilo ali, **né?** depois eu fui tentar abrir e não conseguia, **sabe?** (11 POA M A GIN SLIN: 254)

Procuramos mostrar, assim, que há outras questões relacionadas ao apagamento dos pronomes, que não se resolvem no estudo de um fenômeno isoladamente. Entretanto, para que pudéssemos compreender alguns fenômenos, o recorte postulado neste capítulo foi necessário a fim de tornar o trabalho possível.

## CAPÍTULO 4

### OS RESULTADOS

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após feito o levantamento de dados, retirados de um total de 72 entrevistas referentes a Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, o *corpus* ficou assim constituído: 1.278 ocorrências, sendo que 978 dizem respeito a ocorrências de *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausências de preenchimento* (doravante Ø) OD. Os dados restantes, 300 ocorrências, dizem respeito aos *pronomes lexicais* e *ausências de preenchimento* do OI (não houve registro de ocorrência para *clítico* OI que pudesse ser considerada, como já foi exposto no capítulo 3)

Conforme mostra a tabela 1, abaixo, a distribuição das ocorrências, em número absoluto, é assim apresentada:

TABELA 1 – NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE *CLÍTICO*, *PRONOME LEXICAL* E *ZERO*

o	3	lhe	0
a	0	lhes	0
os	1	para ele	110
as	0	para ela	74
lo	7	para eles	49
la	7	para elas	7
los	3	a ele	5
las	0	a ela	6
ele	189	a eles	3
ela	133	a elas	1
eles	47	Ø	45
elas	7		
Ø	581	Total:	1278

Como se pode observar, para algumas formas (*a, as, las, lhe, lhes*) não houve registro de ocorrências; outras, como é o caso do Ø em lugar de OD, ocorrem em maior número.

Uma vez que os números absolutos não permitem uma análise clara e criteriosa, as tabelas que serão apresentadas a seguir tratam das ocorrências em termos de *percentual* e *peso relativo*, além dos números absolutos. Para efeito de análise, estaremos considerando os pesos relativos (muitas vezes referido, na literatura sociolinguística, como índice de probabilidade).

Como já frisamos no capítulo 3, os dados foram codificados e submetidos à análise estatística através do pacote VARBRUL. Como condicionantes foram levados em conta os grupos de fatores:

– O fator lingüístico considerado foi o *traço* [ $\pm$  animado] do referente<sup>10</sup>.

– Os fatores sociais constantes do Banco de Dados do VARSUL:

1) *Localidade* : Curitiba (CTB), Florianópolis (FLP) e Porto Alegre (POA).

2) *Sexo do informante*: masculino (m) e feminino (f).

3) *Faixa etária*: 25 a 50 anos (A) e com mais de 50 anos (B).

4) *Nível de escolaridade*: primário (PRI), ginásio (GIN) e segundo grau (SEG).

Os resultados serão apresentados e analisados separadamente, ou seja, primeiro OD, a seguir OI.

## 4.2 OS DADOS RELATIVOS AO OBJETO DIRETO

As primeiras rodadas estatísticas envolvendo as ocorrências relativas ao OD trataram os grupos de fatores relacionando-os à variável dependente com as três variantes: *clítico*, *pronome lexical* (doravante FL= forma lexical) e Ø. Todavia, uma vez que as ocorrências de clíticos somaram número pouco significativo, 21 para OD e nenhuma para OI, produzindo assim uma distorção na leitura dos pesos relativos,

<sup>10</sup> Como já esclarecemos, pretendíamos considerar também a possibilidade de outros fatores lingüísticos como *paralelismo* e *tempos verbais*, o que não foi possível no âmbito deste trabalho.



optamos por uma nova rodada estatística, desta vez excluindo os *clíticos*. De qualquer forma, apresentaremos a seguir os resultados dessas duas rodadas, a fim de ilustrar e justificar nosso posicionamento frente aos dados. Não se trata, portando, de buscarmos os resultados que correspondam às nossas intenções, ou que venham de encontro às nossas expectativas.

O primeiro grupo de fatores a ser tratado, diz respeito ao traço [ $\pm$  animado] do referente, como demonstram as tabelas 2 e 3.

TABELA 2 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL*, *ZERO* E *CLÍTICO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$  ANIMADO] DO REFERENTE

Grupo 1	FL	Ø	CLÍTICO	Total
[– animado]	58	410	7	475
%	12	86	1	
peso	.144	.581	.275	
[+ animado]	318	171	14	503
%	63	34	3	
peso	.564	.140	.296	
Total	376	581	21	978
%	38	59	2	
INPUT	.335	.648	.17	

Primeiramente, na tabela 2, podemos observar que o traço [+ animado] do referente favorece a ocorrência de FL; por sua vez, o traço [– animado] indica a preferência dos falantes pela ausência de preenchimento. Todavia, se consideramos só os pesos relativos dos dados da tabela 2, independente do percentual de ocorrências, podemos observar que os pesos relativos dos *clíticos* indicam probabilidade maior de ocorrência da forma *clítico*, primeiro em relação à FL no que se refere ao traço [– animado]; depois em relação a Ø no que se refere ao traço [+ animado]. Ou seja, a tabela nos mostra que, no tocante ao caráter [ $\pm$  animado] do referente, é mais provável a ocorrência do clítico em vez FL, quando o referente for não animado. Por outro lado, é mais provável que ocorra o *clítico* em vez de Ø quando o referente for animado.

Ao considerarmos, isoladamente, os pesos relativos ao *input* dos 978 dados computados, teremos os seguintes resultados, FL: .335, Ø: .648 e *clítico*: .17. Ou seja, a probabilidade de ocorrência de *clíticos* no *corpus* foi muito pequena, se considerarmos os resultados relativos à FL e *clítico*.

TABELA 3 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$  ANIMADO] DO REFERENTE

Grupo 1	FL	$\emptyset$	Total
[- animado]	58	410	468
%	12	88	
peso	.20	.80	
[+ animado]	318	171	489
%	65	35	
peso	.79	.21	
Total	376	581	957
%	39	61	
INPUT	.35	.65	

Todavia, na tabela 3, da qual os *clíticos* foram excluídos, temos diferenças acentuadas. Primeiramente, os valores referentes ao *input* não são muito diferentes dos valores da tabela anterior: mostram que, no que se refere ao OD, há preponderância das ocorrências de  $\emptyset$  em relação à FL. No tocante ao traço [ $\pm$  animado] do referente, o fato de não computarmos os *clíticos* na rodada estatística provoca mudança expressiva nos resultados, evidenciando a preferência inversamente proporcional do  $\emptyset$  pelo traço [- animado] e de FL pelo traço [+ animado], como já havia sido demonstrado na tabela anterior.

TABELA 4 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL*, *ZERO* E *CLÍTICO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE

Grupo 2	FL	$\emptyset$	CLÍTICO	Total
CTB	91	154	1	246
%	37	63	0	
peso	.505	.370	.125	
FLP	146	237	12	395
%	37	60	3	
peso	.185	.315	.501	
POA	139	190	8	337
%	41	56	2	
peso	.305	.244	.452	

A seguir trataremos das ocorrências de *clíticos*, *FL* e  $\emptyset$  com relação ao fator *localidade*. Inicialmente, ao observarmos os dados relativos a Curitiba, a tabela 4 nos

permite dizer que, para essa cidade, embora o número maior de ocorrências seja maior para Ø (154 contra 91 de FL e somente uma de *clítico*), há maior probabilidade de ocorrência da FL (.505), seguida do Ø (.370) e do *clítico* (.125).

Todavia, ao analisarmos os dados referentes a Florianópolis e Porto Alegre, embora os números absolutos e os percentuais digam o contrário, a tabela nos mostra que a probabilidade de ocorrência é maior para os clíticos nestas duas cidades. Como tal distorção poderia estar sendo produzida pela presença dos clíticos, estes foram isolados na amostra, a fim de verificar se estas distorções estariam ocorrendo.

TABELA 5 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E ZERO PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE

Grupo 2	FL	Ø	Total
CTB	91	154	245
%	37	63	
peso	.59	.41	
FLP	146	237	383
%	38	62	
peso	.39	.61	
POA	139	190	329
%	42	58	
peso	.57	.43	

Assim, a tabela 5 nos apresenta as ocorrências de FL e Ø, já excluídos os clíticos. É possível observar nessa tabela que os percentuais das três cidades apresentam desempenhos semelhantes. Quando consideramos os pesos relativos, no que se refere a Curitiba e Porto Alegre, há indicação da preferência pela forma FL (.59 e .57, respectivamente). Todavia, para Florianópolis ocorre o contrário (.61 para Ø).

Por entendermos que havia uma clara distorção na leitura dos dados, julgamos que essa distorção pudesse estar ligada a erros de codificação ou à falta de uniformidade na coleta dos dados, uma vez que as entrevistas nem sempre tratam dos mesmos assuntos. Todavia, parece que a distorção é, de fato, produzida pela interação dos diversos fatores durante as rodadas estatísticas. Posteriormente, realizamos rodadas envolvendo as três cidades, isolando e reunindo em cada uma delas os grupos de fatores pesquisados.

TABELA 6 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE TRATADAS ESTATISTICAMENTE EM SEPARADO

INPUT	FL	Ø	Total
CTB	91	154	245
%	37	63	
INPUT	.33	.67	
FLP	146	237	383
%	38	62	
INPUT	.31	.69	
POA	139	190	329
%	42	58	
INPUT	.39	.61	

De modo geral, houve pouca alteração nos resultados. Por essa razão, procuramos fazer uma análise estatística em separado para cada cidade. Assim, obtivemos resultados que, a nosso ver, podem espelhar de fato o comportamento das ocorrências.

A tabela 6 considera apenas os *input* relativos aos resultados estatísticos das três cidades, analisados em separado, ou seja, essa tabela não é um conjunto de dados (957), mas três conjuntos (CTB: 245, FLP: 383, POA: 329) tratados isoladamente. Desse modo, procuramos sanar as distorções produzidas ao tratarmos todo o conjunto dos dados. Assim, a tabela 6 mostra que a probabilidade de ocorrências com Ø para as três cidades – mesmo consideradas as diferenças entre elas – aponta na mesma direção, ou seja, na direção da maior probabilidade de uso de Ø em relação à FL (a despeito do que dizem as tabelas anteriores que apresentam discrepância nos pesos relativos de CTB e POA, indicando que os falantes dessas cidades preferiam FL). Os resultados dos *input* demonstram, portanto, que os dados tratados em conjunto podem conduzir, em alguns casos, a distorções na leitura dos resultados.

Reiterando o que afirmamos anteriormente, a busca de diferentes recortes estatísticos para os dados se deu em função dos indícios que os próprios dados nos apontaram. Por exemplo, quanto ao fator *sexo* do informante – ao considerarmos a variável dependente – observa-se que, no que se refere ao *clítico*, os falantes do sexo masculino apresentam a maior probabilidade de ocorrência, embora se trate, em termos absolutos, de apenas uma ocorrência de diferença.

TABELA 7 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL*, *ZERO* E *CLÍTICO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR SEXO DO INFORMANTE

Grupo 3	FL	Ø	CLÍTICO	Total
masculino	140	263	11	403
%	34	64	3	
peso	.302	.306	.391	
feminino	236	318	10	554
%	42	56	2	
peso	.363	.358	.280	

Segundo a tabela 7, ao considerarmos os pesos relativos, os falantes do sexo masculino apresentam perfil conservador ao preferirem o *clítico*. No que se refere ao falantes do sexo feminino, esse grupo apresenta maior tendência de uso de formas inovadoras, *pronome lexical* e *clítico*.

A reflexão que os pesos relativos nos permitem fazer – considerando que os falantes do sexo masculino preferem *clítico* enquanto os falantes do sexo feminino têm preferência por FL – se dá em ordem e direção inversamente proporcionais, ou seja, os falantes do sexo masculino preferem primeiro *clítico* (.391), depois FL (.306) e Ø (.302); já os falantes do sexo feminino, por sua vez, preferem primeiro a FL (.363), Ø (.358) e *clítico* (.280), embora a diferença entre FL e Ø seja mínima nos dois casos, como nos mostra a tabela 8, em que a variável dependente ficou reduzida às variantes FL e Ø.

TABELA 8 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR SEXO DO INFORMANTE

Grupo 3	FL	Ø	Total
masculino	140	263	403
%	35	65	
peso	.50	.50	
feminino	236	318	554
%	43	57	
peso	.50	.50	

Não obstante ao que mostra a tabela 7, ao considerarmos a tabela 8, da qual excluimos os *clíticos*, podemos declarar que não é o fator sexo que influencia a escolha

dos falantes pela forma de pronome lexical ou pelo Ø, uma vez que apresentam os mesmos índices probabilísticos.

Ao analisarmos os dados relativos ao fator *idade* (Tabelas 9 e 10) constatamos que os pesos relativos para o uso de *clítico* apresentam valores bastante próximos (Tabela 9), embora as faixas etárias A (25-50 anos) e B (mais de 50 anos) apresentem diferença razoável entre si, se comparados a FL e Ø.

TABELA 9 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL*, *ZERO* E *CLÍTICO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE

Grupo 4	FL	Ø	CLÍTICO	Total
A	244	295	13	403
%	45	55	2	
P	.375	.281	.344	
B	132	286	8	554
%	32	68	2	
P	.292	.390	.318	

Mesmo assim, podemos afirmar que os falantes de idade A apresentam maior probabilidade de uso da forma *clítico* em relação aos falantes da idade B, fato que pode estar relacionado a outros fatores, à escolaridade, por exemplo. Todavia, os usos de FL e Ø feitos por A e B merecem atenção por apresentarem valores muito próximos e inversamente proporcionais. Ou seja, os falantes faixa etária A preferem FL, enquanto que os falantes da faixa etária B preferem Ø.

TABELA 10 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO DIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE

Grupo 4	FL	Ø	Total
A	244	295	403
%	45	55	
P	.56	.44	
B	132	286	554
%	32	68	
P	.42	.58	

Ao retirarmos os *clíticos* da amostra, observamos que a tendência se mantém a mesma (Tabela 10). Por esta razão, embora saibamos que os pesos relativos consideram o conjunto dos dados, nos pareceu importante, mais uma vez, mostrar onde os dados sofrem alteração significativa a partir de rodadas estatísticas. Dessa forma poderíamos entender melhor o comportamento dos dados.

Ao tratarmos, portando, as ocorrências relativas ao fator idade, isoladamente em cada cidade, obtivemos os resultados da tabela 11. Desse modo, pudemos constatar que a inversão produzida pelos resultados de Porto Alegre – embora seja bem pouco significativa – é estável, ou seja, o fator idade não influencia os falantes dessa cidade, fato que não ocorre em relação a Curitiba e Florianópolis. Nessas cidades há clara preferência dos falantes mais jovens pelo uso de FL (.63 e .60, respectivamente), enquanto os falantes mais velhos preferem Ø.

TABELA 11 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E ZERO PARA OBJETO DIRETO TRATADAS ISOLADAMENTE POR CIDADE, EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE

Grupo 4	FL	Ø
A		
CTB	.63	.37
FLP	.56	.44
POA	.49	.51
B		
CTB	.38	.62
FLP	.40	.60
POA	.51	.49

Ao tratarmos o fator *escolaridade* (Tabela 12), considerando os pesos relativos ao nível 1 (primário), as probabilidades de ocorrências se dão na seguinte ordem: primeiro *clítico* (.348), Ø (.328) e FL (.324), sendo que os dois últimos praticamente não apresentam diferença entre si. Além disso a diferença entre essas duas variantes e *clítico* é muito pequena. No nível 2 (ginásio), mantém-se o *clítico* com maior probabilidade de ocorrência (.369), seguido também de Ø (.333) e FL (.297). Para o nível 3 (segundo grau), FL aparece com maior probabilidade de ocorrência (.380), seguido de Ø (.335) e *clítico* (.285). Como é possível observar, os falantes do nível 3 mostram maior probabilidade de uso de FL, enquanto 1 e 2 tendem a usar mais Ø e *clítico*.

TABELA 12 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL*, *ZERO* E *CLÍTICO* PARA OBJETO DIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DO FATOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE

Grupo 5	FL	Ø	CLÍTICO	Total
1	142	229	9	371
%	37	60	2	
peso	.324	.328	.348	
2	125	207	8	332
%	38	59	2	
peso	.297	.333	.369	
3	109	145	4	254
%	42	59	2	
peso	.380	.335	.285	

Para tratarmos de FL e Ø, procuramos isolar essas duas variantes dos *clíticos*, como havíamos feito anteriormente com os outros fatores. Assim, como nos mostra a tabela 13, FL tende a ocorrer mais com os falantes do nível 3 (.54) e Ø tende a ocorrer mais no nível 2 (.53). Para a escolaridade 1, por sua vez, os valores se distribuem igualmente.

TABELA 13 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO DIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DO FATOR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE

Grupo 5	FL	Ø	Total
1	142	229	371
%	38	62	
peso	.50	.50	
2	125	207	332
%	39	62	
peso	.47	.53	
3	109	145	254
%	43	57	
peso	.54	.46	

No que se refere a Ø, que na tabela 12 apresentava pesos bastante próximos para os níveis 2 e 3 (.333 e .335, respectivamente), na tabela 13 mostra maior probabilidade de ocorrência na escolaridade 2 (.53). FL, por sua vez, mantém a probabilidade maior de ocorrência no nível 3 (.54).



A escolaridade, portanto, independentemente do recorte que façamos, se mostra como um dos fatores que influencia a escolha das variantes lingüísticas feita pelos falantes, só que na direção contrária ao esperado: pela literatura na área, a variante FL seria mais estigmatizada que a variante Ø.

#### 4.3 OS DADOS RELATIVOS AO OBJETO INDIRETO

Os dados referentes ao objeto indireto (OI), representados pelas formas de *pronome lexical* (*a ele, a ela, para ele, para ela*) e *ausência de preenchimento* do pronome (Ø), somam 300 ocorrências (48 para Curitiba, 156 para Florianópolis e 96 para Porto Alegre).

Chamamos atenção, novamente, para o fato de todas as ocorrências envolvendo o *lhe* terem sido desconsideradas pelas razões já expostas no capítulo 3.

Os resultados a que chegamos serão apresentados a seguir.

TABELA 14 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO TRAÇO [ $\pm$  ANIMADO] DO REFERENTE

Grupo 1	FL	Ø	Total
[+ animado]	251	41	292
%	86	14	
peso	.52	.48	
[– animado]	4	4	8
%	50	50	
peso	.10	.90	
Total	255	45	300
%	85	15	
INPUT	.87	.13	

Na tabela 14, no tocante ao *traço* [ $\pm$  animado] do referente, os dados demonstram que as probabilidades de ocorrências de OI se apresentam em direção oposta ao que ocorre com os OD. Conseqüentemente, com referência ao traço [+ animado] do referente, há maior probabilidade de ocorrências com FL. O traço [– animado] do referente, por outro lado, favorece a ocorrência de Ø, como demonstram os pesos relativos.

TABELA 15 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E ZERO PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE

Grupo 2	FL	Ø	Total
CTB	41	7	48
%	85	15	
peso	.51	.49	
FLP	133	23	156
%	85	15	
peso	.48	.52	
POA	81	15	96
%	84	16	
peso	.52	.48	

No que se refere às ocorrências e sua relação com o fator *localidade*, a tabela 15 nos apresenta os dados tratados conjuntamente. Os falantes de Curitiba e Porto Alegre tendem a usar mais FL (.51 e .52, respectivamente), enquanto os falantes de Florianópolis tendem a usar mais Ø (.52). Uma vez que os resultados guardam bastante proximidade entre si, optamos por apresentar os *input* iniciais das rodadas estatísticas feitas em separado para cada cidade. Entendemos que assim podemos ter uma visão mais clara a respeito do comportamento de FL e Ø e nas três cidades (Tabela 16).

TABELA 16 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E ZERO PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR LOCALIDADE TRATADAS SEPARADAMENTE

Grupo 2	FL	Ø	Total
CTB	41	7	48
%	85	15	
INPUT	.87	.13	
FLP	133	23	156
%	85	15	
INPUT	.86	.14	
POA	81	15	96
%	84	16	
INPUT	.87	.13	

Desse modo, a tabela 16 nos apresenta as ocorrências das três cidades e seus respectivos percentuais de ocorrência, bem como os pesos relativos. Constatou-se que os valores dos *input* são bastante semelhantes e indicam claramente que a forma

predominante e, também, com maior probabilidade de ocorrência é FL (.87, .86, e .87 para CTB, FLP e POA, respectivamente).

Ao considerarmos, no conjunto dos dados, o fator *sexo* do informante, a tabela 17 nos mostra que há bastante equilíbrio entre os pesos relativos, havendo maior probabilidade de ocorrência de Ø com falantes do sexo masculino, de um lado e, de outro, maior probabilidade de ocorrência de FL com falantes do sexo feminino.

TABELA 17 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO SEXO DO INFORMANTE

Grupo 3	FL	Ø	Total
masculino	94	21	115
%	82	18	
peso	.46	.54	
feminino	161	24	185
%	87	13	
peso	.52	.48	

Os pesos relativos referentes às três cidades para as rodadas efetuadas em separado, apresentam dados bastante semelhantes. Contudo, no que se refere aos falantes do sexo masculino da cidade de Porto Alegre, alguma alteração é apresentada. No que se refere à FL, o peso relativo é .38 e para Ø é .62, ou seja, nessa cidade há clara preferência dos falantes pela variante Ø. Os dados de Curitiba apontam para a mesma direção, ou seja, os falantes do sexo masculino preferem a variante Ø, todavia com menor probabilidade de ocorrência, conforme nos mostra a tabela 18. Para Florianópolis os pesos relativos se distribuem igualmente.

TABELA 18 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO NAS CIDADE DE CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E PORTO ALEGRE EM FUNÇÃO DE INFORMANTES DO SEXO MASCULINO

Grupo 3	FL	Ø	Total
masculino			
CTB	16	3	19
%	84	16	
peso	.45	.55	
FLP	48	9	57
%	84	16	
peso	.50	.50	
POA	30	9	39
%	77	23	
peso	.38	.62	

TABELA 19 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO NAS CIDADE DE CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E PORTO ALEGRE EM FUNÇÃO DE INFORMANTES DO SEXO FEMININO

Grupo 3	FL	Ø	Total
feminino			
CTB	25	4	29
%	86	14	
peso	.53	.47	
FLP	85	14	99
%	86	14	
peso	.50	.50	
POA	51	6	57
%	89	11	
peso	.58	.42	

Quanto aos informantes do sexo feminino (Tabela 19), ao analisarmos estatisticamente os dados de cada cidade isoladamente, observamos que apresentam comportamentos diferentes dos dados observados anteriormente.

Como podemos constatar, a rodada estatística mostra valores iguais para Florianópolis, não influenciando nessa cidade o fator sexo na escolha dos falantes por uma das variantes. Contudo, com relação a Curitiba e Porto Alegre há tendência inversa à dos falantes do sexo masculino. Logo, para os falantes do sexo feminino dessas duas cidades há maior probabilidade de ocorrência de FL. No que se refere a Porto Alegre essa diferença é mais expressiva do que a que se apresenta para a cidade de Curitiba.

Gostaríamos de enfatizar que, ao tratarmos dos dados em conjunto – como ocorre nas tabelas que primeiramente foram apresentadas a respeito dos diversos grupos de fatores – as diferenças entre as três cidades têm sido atenuadas. O mesmo fato não se dá quando as três cidades são analisadas individualmente. Por essa razão, mais uma vez, nos valem das rodadas em separado por cidade (conforme Tabela 18 e 19) a fim de esclarecer nossas próprias dúvidas quanto aos resultados da análise estatística.

Ao considerarmos as ocorrências de FL e Ø para objeto indireto em função do fator *idade do informante*, obtivemos pesos relativos que indicam haver maior probabilidade de ocorrência de FL nos informantes mais jovens (A: 25 a 50 anos) e que os informantes mais velhos (B: mais de 50 anos) tendem a usar mais a forma Ø, como nos é mostrado na tabela 20, abaixo.

TABELA 20 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO EM FUNÇÃO DO FATOR IDADE DO INFORMANTE

Grupo 4	FL	Ø	Total
A	164	24	188
%	87	13	
peso	.53	.47	
B	91	21	112
%	81	19	
peso	.44	.56	

Assim, a análise em tempo aparente apresenta um pequeno índice de mudança em relação ao uso de FL entre os mais jovens.

Por fim, apresentamos os dados relativos ao fator *nível de escolaridade* dos informantes (Tabela 21). Desconsideradas as diferenças regionais – nas quais somente os falantes de Curitiba, com ginásio, mostraram maior probabilidade para escolher as forma

Ø (.71) à FL (.21) – a tabela 21 apresenta os pesos relativos e as probabilidades de ocorrências.

TABELA 21 – OCORRÊNCIAS DE *PRONOME LEXICAL* E *ZERO* PARA OBJETO INDIRETO TRATADAS EM FUNÇÃO DO FATOR NÍVEL ESCOLARIDADE DO INFORMANTE

Grupo 5	FL	Ø	Total
1	107	21	128
%	84	16	
peso	.45	.54	
2	72	17	89
%	81	19	
peso	.40	.58	
3	76	7	83
%	92	3	
peso	.68	.32	

Primeiramente, com os falantes de escolaridade 1 (primário), há maior probabilidade de ocorrência de Ø (.54) e menor probabilidade de ocorrência de FL (.45). Para o nível 2 (ginásio) há tendência semelhante (.58 e .40 para Ø e FL, respectivamente). Porém, os pesos relativos de Ø apresentam maior valor e os pesos relativos de FL são menores que os registrados para a escolaridade 1. Diferença expressiva, entretanto, é apresentada nos pesos relativos da escolaridade 3 (segundo grau). Os falantes pertencentes a essa escolaridade preferem FL a Ø (.68 e .32, respectivamente).

#### 4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados permitem que algumas afirmações sejam feitas. Primeiramente, OMENA (1978), NUNES (1993) apresentam resultados que remetem a manutenção dos *clíticos* no PB à ação corretiva da escola. Isso se confirma na amostra de OMENA (1978) que, ao estudar a fala de adultos não escolarizados não constata nenhuma ocorrência de clítico.

A pequena ocorrência dos clíticos OD e da ocorrência de clíticos OI apenas em frases feitas em nossa amostra, confirmam também as afirmações de CYRINO (1993),

PAGOTTO (1993) e BERLINCK (1996b), no que diz respeito à queda e desaparecimento dos clíticos no PB e da substituição dos mesmos pelo pronome lexical e pela ausência de preenchimento do pronome objeto.

O traço [ $\pm$  animado] do referente atesta as afirmações de OMENA (1978), DUARTE (1986) e TARALLO e DUARTE (1988) no tocante ao fato do traço [-animado] estar favorecendo a ausência de preenchimento do pronome objeto e do traço [+animado] favorecer a ocorrência do pronome lexical, no que se refere ao OD e também para OI, como constatamos também em nossa amostra. Por outro lado, verificamos que a ocorrência do traço [-animado] se dá com probabilidade maior para OD, enquanto o traço [+animado] vai caracterizar as ocorrências de OI, conforme afirma BERLINCK (1996b).

A distribuição das ocorrências por cidade, por sua vez, demonstra que há pequenas diferenças quando consideramos os dados de cada cidade isoladamente: os resultados apontam em direção semelhante, ou seja, para OD há tendência maior de ocorrência de  $\emptyset$  e para OI há maior probabilidade de ocorrência de FL.

No entanto, pudemos notar discrepâncias regionais no que se refere aos grupos de fatores que trataremos a seguir.

Quanto ao sexo do informante, os resultados referentes a OD mostram que esse fator não influi na escolha dos informantes por FL e  $\emptyset$ . Para OI, por sua vez, há discrepâncias regionais que merecem ser melhor estudadas; todavia, podemos afirmar que para OI os falantes do sexo masculino tendem a usar mais  $\emptyset$ , enquanto os falantes do sexo feminino preferem FL.

No que se refere ao fator idade, os dados demonstram que para OD os falantes mais jovens preferem FL, concordando com DUARTE (1986) e os mais velhos  $\emptyset$ , tendência que também se confirma para OI.

A respeito da escolaridade, embora haja grande proximidade nos dados referentes a OD, é possível afirmar que os falantes com ginásio preferem  $\emptyset$ ; já os falantes com segundo grau preferem FL.

Essa tendência se confirma também para OI, contudo os falantes com segundo grau apresentam pesos mais significativos para FL.

## CONCLUSÃO

Os objetivos iniciais deste trabalho, estabelecidos na introdução, referiam-se a uma pesquisa sociolinguística que pudesse levantar e situar as ocorrências de objeto direto e de objeto indireto, especificamente, *clíticos*, *pronomes lexicais* e *ausência de preenchimento* no português falado, em função de fatores lingüísticos e sociais, nas três capitais da região Sul do Brasil, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

No que se refere ao uso dos *clíticos*, foi constatado que se encontram em desaparecimento no português falado na região sul do Brasil. Quanto ao objeto indireto, as raras ocorrências encontram explicação no uso de frases feitas. No que se refere ao objeto direto, os casos de manutenção têm sido justificados pela ação corretiva da escola.

Quanto ao uso do *pronome lexical*, constatou-se que sua ocorrência é altamente favorecida pelo traço [+ animado] para o objeto direto e para o objeto indireto, especialmente. Além disso, o *pronome lexical* – apesar de ser a forma *estigmatizada* pelos gramáticos, principalmente no tocante ao objeto direto – é a forma preferida dos falantes mais jovens e com nível escolar de segundo grau. Estranhamente, os falantes com nível de escolaridade ginásial preferem a *ausência de preenchimento* ao *pronome lexical*.

A *ausência de preenchimento*, bastante favorecida pelo traço [– animado] do referente, ocorrendo principalmente com objeto direto, revelou-se a forma preferida dos falantes mais velhos. O fator escolaridade, por sua vez, não interfere na escolha do falante, pois a *ausência de preenchimento* é a forma *não-estigmatizada* (menos marcada e neutra) no âmbito da escola, tanto que nem é objeto de discussão entre os gramáticos

Além das *condições de paralelismo* e dos *tempos verbais*, já excluídos inicialmente, gostaríamos, ainda, de apontar algumas questões levantadas neste trabalho e que ainda carecem de resposta, mas que podem indicar caminhos de continuidade para a pesquisa.



A primeira delas, já mencionada, diz respeito aos diferentes estágios de transitividade dos verbos que vão desde a necessidade da presença de um complemento, passando pela *ausência de preenchimento*, até a perda total da transitividade, como é o caso dos marcadores discursivos.

A segunda questão diz respeito ao resultados da pesquisa poderem estar sendo desviados em função de verbos que compõe o *corpus*. Será que presença do traço [+animado] não está ligada ao tipo de complemento exigido pelo verbo? Não estariam os chamados verbos bitransitivos condicionando fortemente a ocorrência do traço [+animado] para o complemento indireto?

A terceira questão refere-se ao fato do *pronome lexical* para objeto indireto não ser *estigmatizado*. Não estaria o *pronome lexical* de objeto indireto (*não-marcado*) condicionando o uso do *pronome lexical* de objeto direto (*estigmatizado*) ?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maria Teresa dos Santos; MERCER, José Luiz da Veiga. O tratamento em Curitiba: o pronome zero. **Ilha do desterro** (Sociolingüística). Florianópolis, n. 20, p. 19-30. 1988.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo : Saraiva, 1963.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira: gramática e vocabulário**. São Paulo : O Livro, 1920.
- ARAÚJO et al. Aspectos do sistema pronominal na linguagem infantil. In: **Anais do V Encontro Nacional de Lingüística**. v. 1. Rio de Janeiro : Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1981. p. 65-75.
- BARBADINHO NETO, Raimundo. **Sobre a norma literária do modernismo: subsídios para uma revisão da gramática portuguesa**. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1977.
- BERGO, Vitório. **Erros e dúvidas de linguagem**. 5. ed. Juiz de Fora : Editora Lar Católico, 1959.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. The Portuguese Dative. In: VAN BELL, Willian & VAN LANGEDONCK, Willy (eds.). **Cases and grammatical relations across languages. The Dative. Descriptive Studies**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia : John Benjamins. 1996a. p. 119-151.
- \_\_\_\_\_. **A expressão do objeto indireto do português do Brasil**. Comunicação apresentada no X Encontro do CELLIP (Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná), Curitiba, 24 a 26 de out. 1996b.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil**. Comunicação apresentada no II Encontro do CEISUL (Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul), Florianópolis, 02 a 4 de jan. 1997.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York : Holt, Rinehart and Wiston, 1961.
- CÂMARA Jr. , Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (ed.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 47-53.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário de lingüística e gramática**. 7. ed. Petrópolis : Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora Padrão. 1979.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza**. 2. ed. augmentada e cuidadosamente revista pelo autor. Bahia : Estabelecimento Dois Mundos, 1915.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7.ed. revista. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1976.

- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro : FAE, 1985.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO (orgs.), Mary A. **Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica**. Campinas : Editora da Unicamp, 1993. p. 163-184.
- \_\_\_\_\_. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico**. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em Ciências-Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 5. ed. Lisboa : Livraria Clássica Editora. (1970 [1916, 1918] ).
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Variação e syntaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil**. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências-Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARRALO, Fernando (org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas : Pontes, 1989. p. 19-34.
- DUBOIS, Jean *et alii*. **Dictionnaire de linguistique**. Paris : Larousse, 1973.
- FAGUNDES, Edson Domingos. Alguns problemas na identificação do referente em casos de ausência de preenchimento do pronome objeto. **Fragmenta**. Curitiba, n. 13, p. 33-50. 1996.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: \_\_\_\_\_. **Lógica e filosofia da linguagem**. Seleção, introdução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo : Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p.59-86.
- GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO (orgs.), Mary A. **Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica**. Campinas : Editora da Unicamp, 1993. p. 387-408.
- GUIMARÃES, Elisa. A elipse no processo de organização do texto. **XIX Anais de Seminários do GEL** (Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo), p. 385-389. 1990.
- GUINDASTE, Reny Maria Gregolin. O objeto indireto no português falado no Brasil. **Fragmenta**. Curitiba, n. 10, p. 01-42. 1993.
- GOMES, Alfredo. **Grammatica portugueza**. 13.ed. correcta e augmentada. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1910.
- HOLENSTEIN, Elmar. **Introdução ao pensamento de Roman Jakobson**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1978.
- JOTA, Zélio dos Santos. **Dicionário de lingüística**. Rio de Janeiro : Presença, 1976.
- KNIES, Clarice Bohn; COSTA, Iara Bemquerer ( orgs. ). **Manual do usuário do banco de dados lingüísticos "VARSUL"**. 1994. 13 p
- LEMLE, Mirian. Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística. **Revista Delta**, São Paulo, v. 1, n. 1 e 2, p. 121-124. 1985.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Syntaxe gerativa do Português; da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte : Vigília, 1986
- LOBO, Ari Maurell. **Cânones gramaticais e estilísticos para bem escrever a língua nacional**. Rio de janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1939.

- MAURER JR., Theodoro Henrique. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1959.
- MENON, Odete Pereira da Silva. **O sistema pronominal do português do Brasil**. ANPOLL, Caxambu, 13 p., 1994.
- MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**. 1. ed. Fortaleza : EUFC, 1994.
- NUNES, José Joaquim. **Crestomatia arcaica**. 2. éd. correcta, aumentada e disposta segundo um plano inteiramente novo. Lisboa : Livraria Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora, 1921.
- \_\_\_\_\_. **Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)**. 6. ed. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1960.
- NUNES, Jairo M. Direção de clitização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO (orgs.), Mary A. **Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica**. Campinas : Editora da Unicamp, 1993. p. 207-222.
- OMENA, Nelize Pires. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística de Língua Portuguesa) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- PAGOTTO, Emilio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian & KATO (orgs.), Mary A. **Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica**. Campinas : Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206.
- P.S. **Syntaxe e grammatica historica da lingua portugueza**. 1.ed. Porto Alegre : Casa Editora de Selbach & Mayer, 1909.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica historica**. 7. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1932.
- \_\_\_\_\_. **Gramática expositiva do curso superior**. 60. ed. adaptada a ortografia oficial por Laudelino Freire. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1943.
- PINTO, Leonardo. **Da collocação dos Pronomes Complementos**. São Paulo : Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.
- RIBEIRO, João. **A lingua nacional - Notas aproveitáveis**. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1933.
- ROBINS, Robert Henry. **General linguistics : an introductory survey**. 4. ed. London : Longmans, 1967.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa – curso médio**. 5.ed. adaptada a nomenclatura oficial. Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia., Editores, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da Análise Sintática (iniciação no estudo da estrutura da frase portuguesa)**. 3. ed. Rio de Janeiro : Tupy, 1956.
- RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.
- SAID ALI, M. **Lexeologia do portuguez histórico**. São Paulo : Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.
- SANCTIUS, Franciscus. **Minerve ou les causes de la langue latine**. [Introd., trad. et notes par Geneviève CLERICO]. Lille : Presses Universitaires/CNRS, 1982.

- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 16. ed. São Paulo : Cultrix, 1991.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. The serial effect on internal and external variables. **Langua variation and change**. Cambridge, n.4, p. 1-13. 1992.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores**. UFRJ/UnB, Brasília, 1993, mimeog.
- \_\_\_\_\_. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal do português popular do Brasil. **Revista Delta**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14. 1985.
- SILVA Jr., Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. **Grammatica da lingua portugueza**. 3. ed. augmentada. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves, 1907.
- SOARES BARBOSA, Jeronymo. **Grammatica Philosophica da lingua portugueza ou Princípios de grammatica geral aplicados à nossa linguagem**. 5. ed. Lisboa : Typographia da Academia Real das Sciencias. 1871.
- TARALLO, Fernando; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Processos de Mudança Lingüística em processo: A saliência vs. não saliência de variantes. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 20, v.2, p.44-58, 1988.
- VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento Lingüístico do dialeto rural -MG**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- WILLIAMS, Edwin, B. Omission of object pronoun in portuguese. **Language**. Balimore, v. 9, n. 14, p. 205. 1938.